

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL

FLÁVIA CAROLINE DA SILVA DE MEDEIROS

**RELATÓRIO TÉCNICO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NA CIDADE
DE URUGUAINA-RS NO PERÍODO DA PANDEMIA 2020-2022 E SEUS IMPACTOS
NA ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS**

São Borja – RS

2026

FLÁVIA CAROLINE DA SILVA DE MEDEIROS

**RELATÓRIO TÉCNICO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NA CIDADE
DE URUGUAINA-RS NO PERÍODO DA PANDEMIA 2020-2022 E SEUS IMPACTOS
NA ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS**

Relatório Técnico de conclusão apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Mestrado Profissional da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. Ronaldo Colvero

São Borja - RS

2026

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M488r Medeiros, Flávia Caroline da Silva

Relatório Técnico: Políticas Públicas de Educação na cidade
de Uruguaina-Rs no periodo da Pandemia 2020-2022 e seus
impactos na alfabetização dos alunos dos anos iniciais. /
Flávia Caroline da Silva Medeiros.

63 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2026.

"Orientação: RONALDO BERNARDINO COLVERO".

1. POLÍTICAS PÚBLICAS. 2. ALFABETIZAÇÃO. 3. PANDEMIA. 4.
EDUCAÇÃO. 5. ESCOLA. I. Título.

FLÁVIA CAROLINE DA SILVA DE MEDEIROS

**RELATÓRIO TÉCNICO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NA CIDADE
DE URUGUAINA-RS NO PERÍODO DA PANDEMIA 2020-2022 E SEUS IMPACTOS
NA ALFABETIZAÇÃO DOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS**

Relatório Técnico de conclusão apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
Mestrado Profissional da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para obtenção do
Título de Mestre em Políticas Públicas.

Relatório Técnico defendido em 17/03/2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Colvero
UNIPAMPA
ORIENTADOR

Prof. Dr. Édson Paniágua
UNIPAMPA

Prof. Dr. Muriel Pinto
UNIPAMPA

Prof. Dr. Ewerton da Silva Ferreira
UNIPAMPA

Adm. Me. Luís André Antunes Padilha
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/04/2026, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/04/2026, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/04/2026, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LUIS ANDRE ANTUNES PADILHA, ADMINISTRADOR**, em 24/04/2026, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Ewerton da Silva Ferreira, Usuário Externo**, em 22/05/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2006639** e o código CRC **4F5EC9C5**.

Dedico este trabalho ao meu companheiro de vida José Vicente, ele que está ao meu lado há mais de 20 anos, compartilha dos meus sonhos e me encoraja sempre.

Aos meus filhos José e Júlia, que são a motivação diária da minha vida.

Eu amo vocês.

AGRADECIMENTOS:

A Deus toda minha gratidão, não foi fácil chegar até aqui, sem o apoio d'Ele e de pessoas especiais eu não conseguiria.

Agradeço aos meus pais Valter e Cláudia por terem me educado para ser a mulher que eu sou hoje, aos meus familiares e amigos que estão na torcida cada etapa da minha vida.

Aos meus avós que estão no plano espiritual, sei o quanto estão felizes, essa conquista é para vocês.

A minha querida e amada amiga Daniele, tu sabes o quanto foi fundamental para que esse sonho se tornasse realidade; e ao meu companheiro de estrada Alison, tua força me motivou a viajar toda semana para assistir as aulas.

A minha equipe do Sindicato Rural, Tisa e Maria, o apoio de vocês fez toda a diferença; em especial aos presidentes Nilson e Robertito pela liberação para viajar até São Borja toda semana.

Ao meu querido orientador Professor Doutor Ronaldo Colvero, o senhor é uma inspiração para minha jornada, agradeço pelas orientações, conversas e incentivo durante essa fase final, serei grata por toda minha vida.

À Escola Dom Bosco, pela acolhida, conversas e interesse em mostrar a realidade da comunidade, obrigada por compartilharem comigo suas experiências.

À Unipampa Campus São Borja, por oportunizar um ensino público e de qualidade, incentivando a produção científica, aos professores da banca de qualificação pelas pontuais considerações que tanto contribuíram para o êxito deste trabalho.

E, por fim, aos que acreditaram e me apoiaram para que esse momento chegasse, meu agradecimento.

RESUMO: A presente pesquisa teve como objetivo desenvolver uma análise sobre os impactos da pandemia alfabetização nos anos iniciais. A metodologia deste trabalho foi a pesquisa mista (quali-quanti), que combina métodos quantitativos e qualitativos: ela integra a análise estatística de dados numéricos com a interpretação de dados subjetivos, como entrevistas ou observações, os dados qualitativos e quantitativos são coletados, analisados e integrados para se complementarem. Buscamos, através da análise e discussão dos documentos norteadores da escola, bem como leis, artigos e resoluções advindos da pandemia de Covid-19, a verificação e a tabulação dos resultados da alfabetização no recorte dos anos 2020 a 2022, comparando o desempenho dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Dom Bosco, para assim comparar os resultados e promover uma reflexão sobre os números apresentados.

Palavras-chave: Alfabetização; Pandemia; TCIs; Escola.

ABSTRACT: This research aimed to develop an analysis of the impacts of the pandemic on literacy in the early years of schooling. The methodology of this work was mixed-methods research (qualitative-quantitative), which combines quantitative and qualitative methods. It integrates the statistical analysis of numerical data with the interpretation of subjective data, such as interviews or observations. Qualitative and quantitative data are collected, analyzed, and integrated to complement each other. Through the analysis and discussion of the school's guiding documents, as well as laws, articles, and resolutions arising from the Covid-19 pandemic, we sought to verify and tabulate literacy results for the years 2020 to 2022, comparing the performance of the early years of elementary school at the Dom Bosco State School, in order to compare the results and promote reflection on the numbers presented.

Keywords: Literacy; Pandemic; ICTs; School.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Atores das Políticas Públicas	26
Quadro 2. Nuvem de Palavras - entrevista com G1	44

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
DOTMU	Documento Orientador do Território Município de Uruguaiana
CME	Conselho Municipal de Educação
Covid-19	Doença do Coronavírus
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAP	Plano de Ação Pedagógica
PPP	Projeto Político-Pedagógico
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TDIC	Tecnologia Digital de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivos Gerais	14
1.1.2 Objetivos Específicos.....	14
2. A ESCOLA DOM BOSCO	15
2.1 A escolha da escola.....	18
2.2 A escola antes da Pandemia – O processo de alfabetização	20
2.3 A situação da educação municipal durante a Pandemia	21
2.4 Contextualização acerca das Políticas Públicas.....	24
3. A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL NO PERÍODO DA PANDEMIA	27
3.1 Alfabetização em tempos de crise: iniciativas do Poder Público entre 2020 e 2022.....	27
3.2 Ações do Município durante a pandemia	28
3.3 Quais Políticas foram aplicadas no município através da Gestão da Secretaria de Educação para amenizar os déficits na educação:	33
4. OS ATORES ENVOLVIDOS.....	36
4.1 Gestor 1	36
4.1.1 Sobre as avaliações na rede municipal durante a Pandemia	36
4.1.2 Houve busca ativa?.....	37
4.1.3 Qual o impacto na alfabetização em função das famílias não terem acesso às TICs?	38
4.1.4 As famílias buscavam e devolviam os materiais impressos?	38
4.1.5 Como os alunos foram avaliados?.....	40
4.1.6 Como foi sua atuação como Gestor?.....	40
4.1.7 Existem dados que comprovem os déficits da alfabetização?.....	41
4.1.8 Como foi o retorno presencial em 2022?	41
4.2 Professor 1	42
4.2.1 Como você se viu no processo de alfabetização durante a pandemia?	42
4.2.2 Você acredita que os alunos foram alfabetizados na pandemia?	42

4.2.3 As orientações contidas no PPP da escola eram coerentes com o processo de avaliação na alfabetização durante a pandemia?	43
4.2.4 No retorno às aulas, o processo híbrido auxiliou na alfabetização?.....	43
5. METODOLOGIA.....	44
5.1 Tipo da pesquisa:	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	50
ANEXOS.....	52

1. INTRODUÇÃO

Desde o início do surto de coronavírus, causador da Covid-19, que teve seus primeiros reflexos no Brasil em março do ano de 2020, a população mundial adaptou-se a um modelo de prevenção e seguiu as inúmeras recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), dentre elas, o fechamento de estabelecimentos de serviços não essenciais. Nesse cenário, a educação adentrou em um período atípico, pois a Pandemia trouxe muitas indagações e incertezas, durante o momento de isolamento social ocasionado pela Covid-19. Alunos, famílias e o próprio sistema educacional tiveram que, de forma súbita, refazer e repensar a educação. Nesse momento em que a escola foi para dentro dos lares, nunca se teve a educação tão presente no ambiente familiar: salas, quartos e demais dependências tornaram-se salas de aula. Porém, a estrutura educacional e todo seu aparato ficaram isolados.

Professores precisaram reavaliar seus métodos, rever suas práticas e adaptar-se a tecnologias jamais vistas em seu contexto, ficando claro o quanto faltam recursos e formação no contexto escolar. Além das inúmeras consequências geradas pela pandemia, surge também a preocupação sobre como as informações e conhecimentos chegaram aos alunos: sabemos que o acompanhamento e a intervenção do professor são necessários, visto que alguns alunos não contavam com auxílio familiar, no que se refere à execução de atividades e enriquecimento cultural. Nesse sentido, houve um retrocesso na educação, e a antiga educação familiar se fez necessária, isso porque a família, que é o berço e a base do desenvolvimento social e psicológico das crianças, precisou acompanhá-las nesse momento. Portanto, a interação entre escola e família tornou-se ainda mais imprescindível em meio à pandemia (Silveira; Araújo Neto; Oliveira, 2020).

Buscamos, através da análise e discussão dos documentos norteadores da escola, bem como leis, artigos e resoluções advindos da pandemia de Covid-19, a verificação e a tabulação dos resultados da alfabetização no recorte dos anos 2020 a 2022, comparando o desempenho dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Estadual Dom Bosco, para assim comparar os resultados e promover uma reflexão dos números apresentados.

Sendo a alfabetização ferramenta importante para o processo da aprendizagem, a presente pesquisa tem como questão norteadora:

Quais foram os impactos do período de isolamento social no processo de alfabetização na Educação (anos iniciais) com a ausência das tecnologias de informação e comunicação (TICs)?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivos Gerais

- Analisar os impactos da ausência de políticas públicas educacionais nas escolas municipais de Uruguaiana-RS durante a pandemia da Covid-19 com foco na aprendizagem e alfabetização;
- Verificar quais os programas de educação que foram implantados, a fim de apresentar indicadores que possam ser utilizados para examinar como desigualdades educacionais foram afetadas pelos diferentes tipos de planos de educação remota adotados nas redes públicas municipais na cidade de Uruguaiana;
- Questionar à Secretaria de Educação do Município qual foi o índice de alfabetização dos alunos da rede pública e qual atendimento foi dado ao aluno para que os objetivos propostos fossem atingidos e respondidos;
- Realizar pesquisa descritiva e exploratória, embasada na literatura, por meio de obras publicadas, artigos científicos, bem como pela análise da legislação municipal atinente ao tema.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar junto à Secretaria Municipal de Educação de Uruguaiana quais políticas públicas foram aplicadas em 2020 até 2022;
- Verificar quais Políticas Públicas foram implantadas pelo governo municipal para amenizar os impactos da pandemia na alfabetização;
- Averiguar os índices da alfabetização com o retorno do material impresso em função da ausência de TICs.

2. A ESCOLA DOM BOSCO

A escola é uma instituição social que tem como objetivo formar sujeitos ativos e críticos capazes de transformar a realidade. Desta forma, para garantir e nortear todo o seu fazer pedagógico, a escola tem como documentos orientadores o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar, documentos construídos de forma coletiva, participativa e democrática, nos quais consta a sua realidade expressa, que trazem o perfil da comunidade na qual a escola está inserida, o perfil de aluno, do professor e dos profissionais que compõem a escola, nortecendo assim o trabalho pedagógico.

A Escola Municipal de Educação Básica Dom Bosco foi fundada em 31/03/1971. Está situada na Avenida Santos Dumont, nº 1118, no bairro Rui Ramos, na cidade de Uruguaiana, e tem como entidades mantenedoras a Prefeitura Municipal de Uruguaiana e a Secretaria Municipal de Educação. Os alunos atendidos pela escola são, em sua maioria, moradores do próprio bairro e bairros adjacentes, e a comunidade escolar é caracterizada por famílias advindas da classe média baixa e classe baixa, cuja renda varia entre 1 e 3 salários mínimos. O grande número de alunos incluídos em programas sociais é o que comprova essa renda familiar, dados esses relatados no ato das matrículas. A maior parte dos alunos reside com os pais, mas destaca-se um elevado grupo que reside com os avós, irmãos e outros graus de parentesco. As famílias compõem-se em média de cinco a seis pessoas e o grau de escolaridade dos responsáveis varia do ensino fundamental ao ensino médio incompleto, e apenas uma parcela não considerável possui nível superior.

Os pais que atuam no mercado de trabalho encontram-se, em sua maioria, nas atividades ligadas ao comércio, transporte e coleta seletiva. Há uma grande parcela de trabalhadores autônomos, e as mães exercem em sua maioria trabalhos domésticos, serviços gerais, comércio e trabalham como autônomas. Nessas famílias as mídias mais utilizadas são a televisão e internet via celular, mas somente para lazer. Essas famílias têm realidades diferentes, o que reflete no processo de aprendizagem.

Existe uma grande preocupação com a formação inicial e continuada dos profissionais no processo educacional. Nesse sentido, a escola como conhecedora desses anseios profissionais tem um corpo docente capacitado e atualizado; desse modo, preconiza momentos de encontros e troca de saberes através das reuniões pedagógicas, reuniões por

componente curricular e paradas pedagógicas. A formação continuada da escola é, portanto, efetivada, proporcionando aos professores momentos de diálogo, visando à busca de informações que instituem um equilíbrio entre as áreas de conhecimento.

Para aperfeiçoamento desses conhecimentos a escola conta com os seguintes apoios pedagógicos: biblioteca escolar, laboratório de ciências, laboratório de informática, sala de recursos – AEE, sala de reforço, sala de leitura e tem como modalidade de ensino: Educação Infantil – Pré-escola, Ensino Fundamental – anos iniciais e anos finais.

Em seu Marco Operacional, a escola tem como bases:

- O professor como educador que oportuniza a construção de valores e oferece experiências de crescimento estimulando o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno.
- O aluno é formado para que seja capaz de entender e construir uma sociedade mais justa, com ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.
- A gestão escolar é participativa, esse é o ideal desejado para que as funções sejam descentralizadas e integradas para que haja participação da comunidade no planejamento escolar.
- A coordenação pedagógica coordena as ações, facilita a reflexão dando suporte ao educador.
- O funcionário tem sua importância como integrante da comunidade escolar, participa das decisões, opina e defende posicionamentos com consciência de direitos e deveres.

A Escola Dom Bosco tem como objetivo a promoção da educação favorecendo a construção de conhecimentos e habilidades, visando cidadãos conscientes e capazes de ações transformadoras. Na Educação Infantil o objetivo é que a criança consiga construir uma imagem positiva de si, desenvolvendo as aprendizagens de: conviver, brincar, explorar, expressar e conhecer-se.

No Ensino Fundamental – anos iniciais, o aperfeiçoamento do conhecimento ocorre pelo fortalecimento das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem, considerando tanto seus interesses e suas expectativas do que ainda precisam aprender.

No Ensino Fundamental – anos finais, os estudantes têm desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de tomarem para si as diferentes lógicas e organização dos conhecimentos relacionados às áreas.

Em sua filosofia, a escola preconiza: “A Escola Municipal de Educação Básica Dom Bosco trabalha voltada para uma educação libertadora, formadora de sujeitos críticos e transformadora da realidade, na perspectiva da construção de uma sociedade justa, inclusiva, democrática e humana. Esta educação assume como princípios as três dimensões: Razão, Religiosidade e Afeição”.

Baseada nessa filosofia, a escola tem como finalidade que sua função social é clara na definição de seu papel como instituição pública, garantindo o acesso ao ensino para todos, tendo sucesso nas aprendizagens significativas e pleno desenvolvimento do aluno para que exerça sua cidadania e qualificação para o trabalho, fundamentando-se nas três dimensões que consideram essências na sua filosofia: Razão, Religiosidade e Afeição.

A metodologia de ensino é sociointeracionista: a aprendizagem é uma experiência social que propõe que o desenvolvimento cognitivo se dá por meio da interação social, trocando experiências e ideias, gerando novos conhecimentos. A proposta de ensino visa formar estudantes que sejam atores principais da sociedade em que vivem, incitando aspectos como pensamento crítico, trabalho em equipe e variadas habilidades, entre elas: comunicação, proatividade e criatividade.

Para a escola, a avaliação do aluno é um processo de ação e reflexão e deve considerar suas várias dimensões; e, além de uma nota, compreende também os aspectos qualitativos, tem função diagnóstica, abrangendo os avanços e as dificuldades em vista à correção dos rumos. Uma das características básicas da avaliação é sua articulação com o processo de ensino e aprendizagem, pois, ao ressignificar a avaliação, ressignifica-se também a ação pedagógica.

Por fim, e não menos importante, a escola traz o conceito de Alfabetização e Letramento, reconhecendo ambos como condições necessárias para o processo de aprendizagem da leitura e da escrita; e entende que devem ser utilizadas distintas estratégias metodológicas, visando atender a diversidade de níveis de conhecimento de leitura e escrita pelos alunos e em todas as etapas da Educação Básica a fim que se formem cidadãos qualificados para o convívio social, cultural e profissional.

2.1 A escolha da escola

A escola objeto de estudo foi escolhida primeiramente por ser uma das maiores escolas da rede municipal de ensino do município de Uruguaiana, situada em um bairro numeroso e carente. O perfil da escola nos possibilita entender como os alunos durante a pandemia do Covid-19 em fase de alfabetização foram avaliados; entender como ocorreu esse processo, considerando que a comunidade escolar quase em sua totalidade não teve acesso às TICs; qual o tipo de avaliação foi usada, e como os alunos em fase de alfabetização foram avaliados.

A opção da escola na presente pesquisa também teve em vista o potencial para envolver e incentivar o processo de reflexão ativa sobre os problemas da prática. Segundo Demo (2000, p. 39):

[...] Pesquisar, assim, é sempre também dialogar, no sentido específico de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro, dentro de contexto comunicativo nunca de todo devassável e que sempre pode ir a pique. [...] Quem não pesquisa apenas reproduz ou apenas escuta. Quem pesquisa é capaz de produzir instrumentos e procedimentos de comunicação. Quem não pesquisa assiste à comunicação dos outros.

A análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar e dos demais documentos, bem como: leis, pareceres e resoluções ocorreram com a seleção minuciosa do material. O projeto político pedagógico envolve também uma construção coletiva de conhecimento. Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento. (Vasconcellos, 2000, p. 169). Logo, se sua construção é coletiva, buscando um objetivo único que é o desenvolvimento crítico, científico, social e político dos sujeitos que ali se encontram ou que fazem parte da comunidade pertencente ao entorno escolar, tal documento irá nortear o que se pode ou não fazer, ou seja, a liberdade de até onde se pode ir ou não, e assim sucessivamente.

O projeto político pedagógico é um projeto que propõe dar significado à prática de todos os profissionais da escola. É o que ressalta Vasconcellos (2000, p. 172):

O Projeto Educativo não é algo que se coloca como um “a mais” para a escola, como um rol de preocupações que remete para fora dela, para questões ‘estratosféricas’. Pelo contrário, é uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola.

Ou seja, de acordo com Vasconcellos, o PPP não pode ser um problema, e sim, a solução, o caminho a seguir em busca de um processo ensino/aprendizagem eficaz e consolidado. Este projeto não deve trazer ideologias que não possam ser consolidadas, e sim, constituir-se como um documento participativo que se atualiza conforme os sujeitos que ali adentram, sujeitos sociais que possuem uma história e que buscam na instituição uma acolhida dos seus saberes já existentes.

Localizada na periferia do Município de Uruguaiana, a instituição pesquisada apresenta em seu PPP o perfil socioeconômico de sua comunidade estudantil, que é de extrema vulnerabilidade social, uma comunidade carente que tem grande parte da sua renda através do serviço no comércio, trabalho informal, coleta seletiva, serviços gerais e reciclagem. Quando nos remetemos ao perfil do aluno contido no documento, deparamo-nos com uma realidade sofrida, sem recursos e muitas vezes sem uma perspectiva de melhora, pois fazem parte de um cotidiano que envolve a pobreza. Os estudantes que fazem parte do ambiente escolar trazem consigo todas as experiências de um contexto marcado pela falta de acesso, de informação, de políticas públicas e de conhecimento de seus direitos como cidadãos.

A escola, neste contexto, preocupa-se com a valorização do aluno, o meio onde vive, sua cultura e o seu desempenho em diferentes habilidades, proporcionando ao estudante ser sujeito de sua aprendizagem e posicionar-se criticamente frente à sociedade. Desta forma, a escola, como instituição, tem consigo objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos, sejam elas de conhecimentos, habilidades, procedimentos, valores e atitudes, que, contextualizados, desenvolvem no discente a capacidade de se tornarem cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Conforme Libâneo (2005, p. 117), devemos inferir, portanto, que “a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos”.

Para muitas crianças, jovens e adultos, a escola passa a ser o seu local de protagonismo, onde as possibilidades se tornam realidade e há busca por uma mudança social mais próxima. O ambiente educacional exerce a sua função como local de oportunidades,

interação e encontro com o outro e o saber, cumprindo seu papel de grande importância para a formação da comunidade onde está inserida.

Esta escola está localizada em um bairro periférico do município, composto em sua maioria por uma população pobre, carente e trabalhadora, que reside em moradias com pouco conforto, em grande, parte inacabadas, de alvenaria ou de madeira. A estrutura urbana oferece água encanada, eletricidade, esgoto sem tratamento adequado em alguns pontos, iluminação pública e uma parte das ruas asfaltada. O bairro é servido por duas linhas de ônibus (transporte urbano).

Em sua escrita, no PPP (2021), a escola propõe:

Diante desse quadro a escola busca organizar o seu trabalho com base em suas reais dificuldades e necessidades, proporcionando momentos de estudos e reflexão sobre as concepções e práticas pedagógicas, valorizando os esforços dos alunos na construção do conhecimento através da efetivação de estratégias diversificadas de ensino, utilizando recursos variados e diferentes espaços de aprendizagem.

2.2 A escola antes da Pandemia – O processo de alfabetização

Para seguirmos com nosso estudo e nos aprofundarmos nas discussões acerca da pesquisa necessitamos retomar ao contexto escolar no ano de 2019, pois precisamos entender como era o processo e a avaliação dos alunos dos anos iniciais em fase de alfabetização, como as avaliações eram feitas baseadas no Regimento Escolar que foi atualizado, sendo aprovado e homologado pela Secretaria de Educação com vigência a partir do dia 17 de fevereiro de 2020. Nesse regimento podemos entender a dinâmica da escola no referido período, como eram as metodologias e a dinâmica avaliativa no contexto escolar.

Lembrando que em 2019 as aulas eram presenciais e os alunos tinham o apoio e a presença do professor durante o período da aula, o regimento em questão, quando analisado, remete-nos ao contexto de uma comunidade escolar participativa, que busca na escola e na educação um motivo para modificar o futuro que em determinados momentos parece tão distante.

A escola em 2019 totalizou 459 matrículas entre o 1º e 9º ano. Desse total, 135 alunos estavam em processo de alfabetização entre o 1º e 3º ano, e a avaliação, conforme o PPP e o Regimento Escolar, era feita de forma diagnóstica, em um processo contínuo e sistemático de busca de subsídios para a tomada de decisões em busca da melhoria da qualidade na avaliação. A avaliação da escola, por sua vez, é baseada na aprendizagem do aluno e realizada

durante o trimestre: os dados eram coletados diariamente sobre o desempenho do aluno no dia-a-dia da sala de aula e finalizado com parecer no caso dos anos iniciais do ensino fundamental.

A avaliação era realizada pelo professor com base nos valores, conhecimentos, habilidades e competências de cada componente curricular. Os três anos iniciais são considerados um bloco pedagógico: no primeiro e segundo ano não existe retenção, ao final do terceiro ano o aluno que não atingir 60% das habilidades necessárias pode ser retido. A avaliação em 2019 nos anos iniciais era por parecer descritivo.

2.3 A situação da educação municipal durante a Pandemia

O ano era 2020. O cenário educacional viveu uma grande ruptura de seus métodos, professores e redes de ensino se reinventaram a fim de garantir o acesso à manutenção das atividades. Durante a pandemia, a educação municipal de Uruguaiana enfrentou diversos desafios significativos, como a suspensão das aulas presenciais, implementando medidas emergenciais, e essa experiência sem aulas regulares teve impactos na aprendizagem e, principalmente, na alfabetização.

Surgem então, inúmeros decretos, resoluções, pareceres e orientações que nortearam o período letivo excepcional. Adequações no calendário escolar, oferta de materiais, acesso às informações escolares, toda a organização a fim de que o ano letivo não tivesse ainda mais prejuízos, e para que famílias, alunos e educadores conseguissem manter um elo com as suas comunidades e promover o acesso à manutenção das aprendizagens. O que norteou a nossa análise em relação aos dados apresentados foi o Parecer CME/Uruguaiana N.º 004 /2020 e a Resolução N.º 005, de 17 de dezembro de 2020 do Conselho Municipal de Educação de Uruguaiana/RS e o Plano de Ação Pedagógica (PAP), no qual foram definidas inúmeras estratégias de acesso às atividades e principalmente, o que direcionou nossos resultados, a forma de avaliação adotada durante todo o período de pandemia.

Em 17 de abril de 2020, a Secretaria Municipal de Educação determinou que fossem disponibilizadas, durante a suspensão das aulas, as atividades disciplinares aos estudantes de forma impressa. Segundo a secretária de educação, foi realizada uma reunião para acertar

detalhes do como o trabalho seria realizado. Os diretores das escolas receberam orientações de como seria o envio das aulas e qual o papel de cada um nesse encaminhamento, e, na época, a prefeitura disponibilizou de forma impressa o material para os alunos. Os pais deveriam retirar o material em data informada pela direção, nessa mesma data, a secretária salientou que o material pela internet não estava sendo utilizado. A intenção na época era manter a relação entre escola, família, aluno enquanto era necessário o isolamento.

A escola escolhida para esta pesquisa optou, junto aos professores, por uma análise única das atividades, nesse caso, análise observatória, visto que o acúmulo de trabalho por parte dos docentes em relação aos materiais recebidos para análise ficou significativo. Sendo assim, não seria viável uma divisão por trimestres.

Ficou evidenciado, com os dados pesquisados, que, para um novo contexto de educação – no qual as ferramentas foram readaptadas e a família teve de assumir um compromisso ainda maior em relação à educação de seus filhos, realizando o acompanhamento das atividades e a devolução dos materiais fornecidos –, a alfabetização não alcançou os objetivos. Isso demonstra que a educação não presencial começa a deixar possíveis lacunas na aprendizagem: a falta de mediação do professor, a falta de diagnóstico contínuo das aprendizagens e o acompanhamento diário do processo de ensino.

A educação nunca teve dias tão difíceis e desafiadores como no corrente período de 2020 a 2022, principalmente para professores e coordenadores educacionais. Isso porque, em razão da pandemia causada pela Covid-19, eles haviam sido, compulsoriamente, forçados a realizar todas as suas atividades fora das paredes da escola, além de permanecerem distantes, fisicamente, dos estudantes (Silva *et al.*, 2020).

Em 2021, a educação ainda se adaptava ao mesmo contexto pandêmico, inovando suas práticas, fazendo uso de diferentes tecnologias e buscando sempre manter o vínculo com as famílias e estudantes. Porém, sabemos dos reflexos que toda a situação de isolamento causou: fatores sociais, emocionais e de adaptação ao novo modelo de vida. Neste ano, surgiram as primeiras doses da vacina no Brasil, mas ainda em pequena escala. Desta forma, a educação permanece de forma remota, ou seja, a educação segue o mesmo cenário de incertezas e adaptações. Para abranger sempre um número maior de estudantes, as escolas adaptam-se aos meios tecnológicos, ao uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e tecnologias

digitais da informação e comunicação (TDICs), entre outros recursos possíveis, como, por exemplo: Google Meet, plataformas, Google formulários, entre outros.

Sempre buscando beneficiar e manter o vínculo estabelecido, a escola objeto desta pesquisa procurou sempre junto aos seus educadores a constante atualização e formação de seus profissionais. Como destacamos no PPP: a formação continuada é uma forma de oferecer suporte para os professores e demais profissionais da educação através de orientações, oportunidades para solucionar dúvidas, subsídios pertinentes ao desenvolvimento da docência, dos serviços de apoio ao docente e outras tarefas. Esse aporte na formação dos educadores mostra que a instituição promoveu a constante atualização do seu fazer pedagógico, buscando promover um ambiente de pesquisa e inovação.

Em 2022, o retorno ao ensino presencial teve a sua obrigatoriedade. Desta forma, os educadores passam a adotar um modelo de avaliação diagnóstica, a fim de identificar e potencializar as lacunas de aprendizagem ainda apresentadas, esses resultados irão auxiliar os futuros estudos sobre os reflexos do isolamento social em relação ao processo de ensino e aprendizagem e também nortear o fazer pedagógico das instituições de Ensino Fundamental, pois esses estudantes levam consigo as marcas dessas grandes modificações na educação.

São indiscutíveis as adaptações que a educação vivenciou em decorrência da pandemia de Covid-19: professores adaptaram-se em tempo recorde e garantiram a manutenção das atividades para que a sociedade não tivesse ainda mais perdas. Sabemos das lacunas que os estudantes irão apresentar ao longo dos anos, pois, como podemos observar, a educação básica se dá e é efetivada de forma presencial, pois é através da interação social e das vivências que construímos nossa aprendizagem. Muita conquista se teve com o ensino não presencial, como o uso das tecnologias, as reflexões sobre o planejamento, avaliação e currículo. Porém, inúmeras dificuldades ficaram ainda mais evidentes: vulnerabilidade social, falta de recursos tecnológicos, formação docente deficitária, desvalorização dos profissionais, entre outras situações.

Além das questões supracitadas, outras ponderações devem ser feitas quanto ao ensino remoto para além das condições técnicas que o viabilizam ou não. A educação é um processo que pressupõe o encontro, como afirma Freire (2004). Para ele, não existe docente sem o discente, o ensino se realiza com vistas à aprendizagem, pois ensinar não é um ofício solitário,

mas uma ação que se constrói conjuntamente entre os sujeitos participantes desse processo, sobretudo pela troca socializadora que o encontro propicia.

2.4 Contextualização acerca das Políticas Públicas

Definem-se Políticas Públicas como programas e ações desenvolvidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal que promovem e tentam garantir direitos previstos em leis e na Constituição Federal. Medidas que os governos usam para suprir as necessidades de determinada comunidade e o bem-estar da população, as políticas públicas de certo modo tendem a garantir até mesmo aqueles direitos que por ora estavam “esquecidos” e, com a necessidade da população, voltam a ser garantidos.

As Políticas Públicas podem ter diversas características e objetivos. De um modo bem amplo, quando há omissão e falta de ações dos entes que deveriam suprir o que de fato é necessário, nesse caso, o governo, temos como base para o entendimento que as Políticas Públicas têm duas características gerais: a primeira é o consenso do que se pretende fazer ou deixar de fazer, e a outra é a definição de normas e seus conflitos. Percebe-se que, na primeira, quanto maior for a adesão, melhor será para aprovar a política sugerida e, por fim, quando definidas as normas, mais fáceis se tornam as resoluções de conflitos entre a comunidade e os agentes sociais.

Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas, uma Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Ela pode ser uma orientação à atividade ou passividade de alguém, o que decorrer dessa orientação também faz parte da política pública (Brancaleon; Yamanaka; Castro; Cuoghi; Paschoalotto, 2015, p. 2).

Como essas Políticas Públicas são planejadas? A criação e execução de uma política pública dependem do bom funcionamento dos três poderes do Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário; os dois primeiros são os que teoricamente propõem as políticas públicas, sendo o legislativo o criador das leis que se referem a determinados temas/necessidade; o executivo é que executa, planeja e implementa a ação/medida, o judiciário fica com a responsabilidade de controlar as leis criadas, analisando se ela é ou não possível de ser aplicada.

De fato a Política Pública é um conceito abstrato, isso requer um esforço intelectual para conseguir torná-lo concreto, palpável. Podemos comparar a Política Pública a alma e para tomar forma, precisa de um corpo. As políticas públicas “tomam forma” por meio de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação em rede

atores, gasto público direto, contratos com stakeholders, dentre outros (Brancaleon; Yamanaka; Castro; Cuoghi; Paschoalotto, 2015, p. 2).

A abrangência das Políticas Públicas é tão ampla que ela afeta a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, e isso independe de raça, religião, gênero e nível social. A profundidade de uma determinada política pública se dá pela expansão da democracia, os representantes das comunidades estão diversificados e isso faz com que ela alcance um número maior da população.

As ações bem desenvolvidas dessas políticas promovem o bem-estar social e isso faz com que essas ações tornem o cotidiano mais favorável quando bem executadas. Áreas como habitação, saúde, meio ambiente, assistência social, transporte, lazer, segurança e educação, quando firmadas e executadas de forma correta e bem distribuída, tendem a proporcionar mais qualidade de vida a toda a uma comunidade.

São esses princípios que os governos de todas as esferas utilizam para que as políticas públicas sejam bem aplicadas e sejam satisfatórias. Através dos tipos de políticas públicas entenderemos como as Políticas Públicas são divididas e quais os tipos são elencados para a nossa pesquisa:

As políticas públicas *distributivas* atendem à demanda de grupos específicos. A sociedade como um todo é quem financia a implementação, e os que se beneficiam são grupos pequenos; não há limites para recursos públicos, os privilégios não são para a sociedade como um todo. O maior risco dessa política é o assistencialismo.

As políticas públicas *regulatórias* criam normas para o funcionamento dos serviços. Elas se referem à legislação sendo um instrumento que pode regular a aplicação das políticas redistributivas e distributivas. Uma característica dessas políticas é atingir pessoas ou pequenos grupos, e não uma classe específica ou um grande grupo social. Podem ser relacionadas com a burocracia estatal e a administração pública, são ordens, proibições, decretos e portarias, normativas que regulavam o atendimento durante a pandemia.

Dentro de toda as noções básicas para entender o que são Políticas Públicas, como se definem, planejam e os tipos, temos ainda os atores e como eles participam e desempenham os seus papéis para que os processos escolhidos e determinados sejam aplicados de forma eficaz nas mais diversas esferas sociais. São eles:

Quadro 1. Atores das Políticas Públicas

Categoria	Atuação junto ao Problema de Pesquisa
<i>Governamentais: Políticos</i>	Responsáveis por elaborar, aprovar e implementar políticas (ex.: parlamentares, prefeitos, governadores).
<i>Governamentais: Burocratas</i>	Servidores públicos - De carreira ou cargos em comissão, que executam, monitoram e dão continuidade às políticas.
<i>Não-Governamentais: Grupos de interesse</i>	Organizações ou movimentos que defendem causas específicas. CPM da escola, por exemplo.
<i>Não-Governamentais: Destinatários das políticas</i>	Cidadãos e comunidades que recebem diretamente os impactos das políticas.

Fonte: Elaborado pela autora (2026) adaptado de Lotta (2015) e Secchi (2013).

Depois dessa elucidação do que são Políticas Públicas e todo seu processo de implementação nas diversas áreas, comunidades, esferas sociais e de quem é a responsabilidade como agente social de encontrar a melhor maneira para que as mesmas sejam benéficas para sociedade em que são aplicadas, passaremos a entender como a falta dessas políticas já descritas interferiu para que a educação durante a pandemia fosse de um modo geral massacrada nas classes mais necessitadas, nas quais as famílias, além de não terem acesso à tecnologia suficiente para as aulas remotas, também tiveram de se preocupar com os mais diversos contratemplos, como, por exemplo: não ter aparelhos compatíveis, tecnologia ou apenas saber manusear links, e-mails, aplicativos, etc.

Nossa pretensão é apresentar alternativas e novas medidas que puderam solucionar o baixo índice de alfabetização pela falta das TICs (durante a pandemia), tendo o suporte necessário como programas de tecnologia e as Políticas Públicas corretas e foram aplicadas para amenizar o déficit da alfabetização.

3. A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL NO PERÍODO DA PANDEMIA

3.1 Alfabetização em tempos de crise: iniciativas do Poder Público entre 2020 e 2022

Percebe-se que as Políticas Públicas foram necessárias no contexto social brasileiro. As instituições precisaram atuar de maneira que essa parte da população não ficasse “esquecida” em nenhuma das esferas sociais em que se enquadram.

A população precisava urgentemente de medidas que fossem assertivas diante do impacto que foi a Pandemia em 2020, e seus resquícios deixados na educação até os dias atuais.

De grande valia se faz analisar medidas que puderam amenizar o que foi perdido na comunidade escolar nos anos pandêmicos, seja pela implementação de tecnologias, salas de reforço, aulas, conteúdos, matérias e demais atividades que não foram realizadas por falta de tecnologia. Isso causou um grande impacto na vida de milhares de estudantes no Brasil, e essas ferramentas se tornam fundamentais para que os objetivos desse grupo social se desenvolvam. A ideia de “fazer” e a ação das Políticas Públicas certas junto com as comunidades irão produzir meios para que os problemas sociais relativos à Educação Pós Pandemia sejam relativamente amenizados.

O impacto está sendo percebido com agentes desenvolvendo e aplicando inovações, em prol de um benefício em comum, incentivando e motivando os estudantes, ampliando conhecimento e resgatando conhecimento através de projetos, visando o bem-estar da comunidade escolar. Pretendemos buscar, através de todos esses levantamentos de dados e pesquisas novas perspectivas, uma visão diferente quanto à Educação durante a Pandemia, sendo possível verificar e identificar quais Políticas Públicas foram aplicadas para amenizar a falta de instrumentos para estudos sejam eles remotos ou não.

Entendemos então que Políticas Públicas são programas e ações que visam promover, melhorar e garantir direitos previstos em lei e na Constituição Federal, medidas que os governos usam para as necessidades sociais que muitas vezes não são alcançadas de outra forma. De certo modo as Políticas Públicas garantem os direitos que por vezes passam despercebidos, e, por necessidades muitas vezes extremas, voltam a ser concedidos, ou seja, são características e objetivos que definem cada política pública.

A pretensão é apresentar as alternativas e medidas que foram utilizadas para solucionar os problemas da alfabetização por falta de TICs, os déficits que ocorreram em decorrência da pandemia, principalmente na alfabetização básica, e quais Políticas Públicas atenuaram o problema/necessidade de cada aluno.

A justificativa da proposta para implementação de Políticas Públicas está baseada na necessidade de orientar e buscar soluções cabíveis aos estudantes e suas famílias, tentar chegar aos mais vulneráveis, saber quais medidas foram ajustadas para auxiliar os alunos, que até hoje não alcançaram os índices adequados da alfabetização básica, pois na época não tiveram acesso a nenhum tipo de TICs.

3.2 Ações do Município durante a pandemia

Ao longo da pandemia a educação municipal de Uruguaiana enfrentou desafios expressivos com a suspensão das aulas presenciais, precisando implementar medidas emergenciais, e em seguida necessitou organizar o retorno gradual e híbrido. O período sem aulas regulares presenciais teve impactos na aprendizagem, a Secretaria de Educação e a prefeitura estabeleceram regras através de decretos para o enfrentamento da situação.

Em 2020 a prefeitura de Uruguaiana publicou decretos com medidas de enfrentamento à COVID-19, incluindo a suspensão das atividades escolares de março a outubro. O município decidiu não retomar as aulas no ano letivo. Conforme CME/Deliberação Nº 001/2020 de 27 de abril de 2020:

Orientações preliminares sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento de prevenção e combate ao Coronavírus – Covid-19, determinadas pelas autoridades competentes.

Nele, o Conselho Municipal de Educação de Uruguaiana encaminhou as Mantenedoras de Ensino da rede privada e para o Poder Executivo Municipal as orientações preliminares durante o período as escolas estariam fechadas as escolas da rede privada de educação infantil, as escolas municipais de educação infantil, ensino fundamental e de educação básica.

A orientação no referido foi a não realização de aulas presenciais, e o calendário escolar precisou ser reorganizado com atividades não presenciais para reduzir os prejuízos para os alunos. Cada escola, com sua autonomia pedagógica, professores, coordenadores, orientadores e gestores, teve o devido assessoramento da Secretaria de Educação,

considerando a exigência de alcançar todos os alunos de adotar soluções com uso de material orientador físico. Sobre as atividades domiciliares, a orientação para os anos iniciais do Ensino Fundamental era:

Destacamos que as maiores dificuldades e, consequentes prejuízos que exigirão ações concretas no retorno às aulas presenciais e para além do ano letivo 2020, concentram-se nos anos iniciais do ensino fundamental, em especial ao bloco de alfabetização. A necessária supervisão de adulto para a realização das atividades e outros obstáculos devem ser mitigados, requerem um olhar diferenciado, compensações posteriores e outras demandas.

Nessa ótica, levando em consideração o cumprimento das diretrizes do PPP, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Orientador do Território Município de Uruguaiana (DOTMU), as alternativas e possibilidades encontradas foram de aulas gravadas, lista de atividades e exercícios com sequência didática, trilhas de aprendizagem, orientações aos pais para a realização das atividades relacionadas aos objetivos de aprendizagem e proposta curricular, sugestões para realização de leituras, elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança (leitura, desenho, recorte, dobradura, colagem, entre outros), envio de vídeos educativos sem a necessidade de conexão simultânea e atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais.

Outra orientação importante publicada para cumprimento da busca dos materiais impressos pelas famílias dos alunos foi na CME/Deliberação Nº 002/2020 de 04 de junho de 2020, que resolveu:

Recomenda a verificação identificada e a busca ativa das crianças, dos adolescentes e dos adultos matriculados na rede pública municipal, nas escolas privadas de educação infantil e no Colégio Agrícola Dr. Luiz Martins Bastos, que não estão tendo acesso às atividades escolares remotas.

Nele o Conselho Municipal de Educação de Uruguaiana (CME) deliberou de forma unânime que as escolas que optaram pelas aulas remotas identificassem as crianças, os adolescentes e os adultos que não estavam tendo acesso a essas atividades através da busca ativa. A busca ativa foi um trabalho intenso numa parceria com as escolas, Secretaria de Educação e o Ministério Público para identificar o retorno das atividades oferecidas pela escola e o motivo de algumas famílias não buscarem os materiais.

Em 18 de agosto de 2020 o Conselho Municipal de Educação publicou um Parecer específico contendo todas as diretrizes para reorganização do calendário escolar diante do caos que a educação enfrentava. Nele as escolas tinham as orientações para organizar de

forma clara e objetiva sua rotina escolar, considerando que “Orienta as escolas integrantes do Sistema Municipal de ensino de Uruguaiana sobre a reorganização do calendário escolar 2020, considerando a excepcionalidade causada pela pandemia da Covid-19”. Entre as principais medidas estava a colaboração e organização dos calendários escolares e a prioridade para o desenvolvimento das atividades escolares. Enquanto permaneceram as restrições do Covid-19, considerou-se na época que fossem resguardados os direitos à educação com qualidade, um processo de oferta educacional que nos tempos de pandemia transcendeu decretos e normas. A emergência da saúde pública estabeleceu uma flexibilização do atendimento presencial dos alunos e foi necessária a adoção de medidas diante do que foi a pandemia expondo as carências e deficiências da educação brasileira. Portanto, foi necessário adaptar todo o ano letivo diante da situação sanitária vivida em 2020.

O parecer também versou sobre a análise da matéria e as questões decorrentes do ano letivo. Em decorrência da pandemia, considerou novas regras para validação das atividades pedagógicas durante o fechamento das escolas e a necessária oferta de ensino para garantia dos direitos e objetivos da aprendizagem, entre elas: os dias letivos e a carga horária, através do PVL – Projeto de Lei de Conversão – 22/2020, consolidado com a Medida Provisória nº 934/2020, ficou determinado que estavam dispensados os 200 dias letivos do ensino fundamental, sendo ofertado naquele ano no mínimo 800 horas de trabalho escolar, podendo ainda ser cumuladas ao ano letivo subsequente, na caso em 2021, respeitada a autonomia das instituições.

Em relação às atividades domiciliares, ficou determinado que as atividades pedagógicas não presenciais fossem compreendidas com a autonomia pedagógica das escolas, reconhecimento da criatividade e competência dos professores, exigência de atingimento de todos os alunos respeitando suas diversidades com ênfase no princípio da equidade, soluções para o predomínio do uso de material físico tendo em vista as restrições de infraestrutura e tecnologias digitais.

O Plano Complementar de Ensino – PCE foi instrumento que orientou sobre o cumprimento sobre a carga horária mínima anual e das aprendizagens essenciais possíveis para o ano letivo de 2020, e o planejamento do ano de 2021 que foi obviamente também um ano atípico, foi estipulado que no retorno com a devida segurança quatro aspectos fossem observados pelos gestores em todos os níveis e pela sociedade de forma geral, são eles:

- Articulação intersetorial como esforço permanente;
- Recuperação da aprendizagem como política contínua;
- Fortalecimento da relação família/escola; e
- A tecnologia como aliada constante.

Sobre a avaliação especialmente na fase de alfabetização o Parecer determinou que, através de um trabalho contínuo de estímulo, análise de conhecimento e planejamento, houvesse um processo de adaptação e revisão do currículo de alfabetização e que ao retornarem às salas de aula a avaliação ocorresse de forma diagnóstica, como acontecia nos anos que antecederam a pandemia. A intenção era identificar até onde as crianças conseguiram avançar e quais dificuldades deveriam ser superadas no retorno presencial. Ficou determinado também que, quando retornassem as crianças em fase de alfabetização, o 1º e o 2º ano tivessem uma avaliação diagnóstica individual, sendo prioridade o reforço escolar para amenizar os déficits que a pandemia deixou.

O ano escolar de 2020 finda com essas determinações impostas diante da pandemia que assolou o país. A educação no processo de alfabetização certamente foi muito prejudicada, mas o poder público municipal, junto com a Secretaria Municipal de Educação, não mediu esforços para que toda rede de ensino tivesse informações suficientes em relação à educação do município. Em 13 de abril de 2021 o Conselho Municipal de Educação fez uma indicação ao Poder Executivo Municipal – Indicação CME/Uruguaiana Nº 001/2021:

Indica ao Poder Executivo Municipal a criação do Programa de Suporte Pedagógico no Rádio para estudantes do Ensino Fundamental e para as famílias das crianças da Educação Infantil, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de prevenção e combate ao Coronavírus-COVID-19, determinadas pelas autoridades competentes.

O objetivo inicial do programa era a locação ou cedência de espaços em rádios, que tivessem, no âmbito do município, cobertura de sinal que abrangesse a zona urbana e rural de Uruguaiana, para que fosse atendida a oferta educacional de competência do município, para os estudantes de todos os níveis e as famílias de um modo em geral.

Para abranger um número maior de famílias, solicitou-se que a locação ou cedência fosse em ambos os turnos, a grade da programação e roteiros, a elaboração de conteúdos e ministração de aulas/orientações foi efetivada pela Secretaria de Educação. Na época informações aos pais e responsáveis foram repassadas para organização da rotina diária dos estudantes.

Essa proposta pedagógica da criação de programa de rádio foi uma forma de acolhimento socioemocional aos estudantes e seus familiares, foi uma forma de evitar o abandono no período de distanciamento social. Enfatiza-se que o rádio é uma mídia social econômica e acessível, e que buscou restabelecer na época a rotina escolar dos alunos com condições de vulnerabilidade social, oportunizando momentos de aprendizagem e inclusão social.

Em reunião com entre o Prefeito Municipal, juntamente com a Promotoria de Justiça, Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria de Saúde Municipal e o Procurador Geral do Município, ficou determinado o retorno das aulas presenciais no dia 1º de julho, o acordo versou sobre retomada das aulas de forma gradativa e que na época cumprisse todos os protocolos previstos. Foi reconhecida na reunião a essencialidade da educação e do ambiente escolar, estabelecendo-se que as aulas/atividades seriam retomadas de forma escalonada, regrada, progressiva e de caráter facultativo e que o retorno seria determinado pelas séries do ensino fundamental – anos iniciais, bloco de alfabetização 1º, 2º e 3º anos.

O retorno das aulas presenciais no formato híbrido foi organizado com consultas às famílias sobre o assunto. As famílias deveriam autorizar de formalmente a retomada dos alunos, através da assinatura de termo, onde constavam os protocolos sanitários do educandário.

E ao final do ano de 2021 o Conselho Municipal de Educação através da Resolução CME Uruguaiana Nº 008, de 07 de dezembro de 2021:

Institui Diretrizes Municipais orientadoras para implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para regularização do calendário escolar a serem adotadas pelo Sistema Municipal de Ensino de Uruguaiana.

Foi determinado o retorno a presencialidade, respeitando as diretrizes e o Decreto Estadual/RS Nº 56.171, de 29 de outubro de 2021, que entre outras coisas estabeleceu que: na presencialidade, a avaliação seria diagnóstica para que pudessem ser organizados os programas de recuperação com base nos resultados dessa avaliação; que fosse reprogramado o calendário curricular para o ano de 2021, que deveria ser cumprido de forma contínua, de acordo com a aprendizagem e desenvolvimento de cada fase/etapa, ano/série, nível e modalidade, para o ano subsequente 2022, podendo ser estendido até o ano de 2023.

Como os anos de 2020 e 2021 foram atípicos para a educação, quando a escola não promoveu as aprendizagens ditas “normais” e os estudantes não tiveram garantias de aprendizados, os alunos não evadidos ou em abandono foram promovidos ou aprovados.

Durante o processo de retorno às aulas presenciais as redes e instituições escolares promoveram a formação continuada de seus professores, apoio pedagógico, diálogos com trocas de experiências.

3.3 Quais Políticas foram aplicadas no município através da Gestão da Secretaria de Educação para amenizar os déficits na educação

A pandemia de Covid-19 no município de Uruguaiana, assim como em outras cidades, causou a suspensão das aulas presenciais e o uso de ensino remoto, gerando inúmeros desafios para os alunos e professores. Mesmo com o retorno em julho 2021, de maneira híbrida, e em 2022, de maneira presencial, mas com os devidos cuidados, foi marcado por um processo de gradual de acolhimento e adaptação, cujo foco era a recuperação na aprendizagem.

A Secretaria de Educação adaptou planos para analisar o desempenho dos alunos e criar estratégias para recuperar o aprendizado perdido durante a suspensão das aulas. A Secretaria Municipal de Educação (Semed) organizou eventos, palestras sobre ensino híbrido e presencial pós-pandemia, capacitou os servidores da educação para os novos formatos e desafios no retorno pós-pandemia.

Segundo relatos do Gestor na época, a pandemia pegou todos desprevenidos: as escolas tinham salas de informática, mas os professores não tinham o preparo necessário para uso de tecnologia que poderia amenizar o problema, sem contar nas famílias que não seriam atendidas em função das questões sociais de baixa renda, com isso a maior preocupação foi com os anos iniciais de alfabetização, pois na alfabetização é trabalhada a questão da linguagem com as crianças, e isso se tornou uma grande preocupação.

Quando a Secretaria de Educação começou o trabalho para reorganizar as aulas, o calendário e todas as questões referentes à pandemia, concedeu férias para os professores e estudou quais medidas seriam adotadas para amenizar a situação. Como é de conhecimento de todos, o público de alunos das escolas municipais de Uruguaiana quase 90% está na periferia bem vulnerável do município, consistindo em famílias de baixa renda que não tinham acesso

nenhum a tecnologias, por vezes tinham um celular que não tinha acesso à internet e uma família que tem entre quatro e cinco filhos na mesma escola.

Sendo inviável ministrar aulas com algum tipo de tecnologia, mesmo que fossem gravados e enviados vídeos, como aconteceu no final da pandemia, a maior preocupação era com os níveis de alfabetização. Segundo o Gestor, não se alfabetizava uma criança mandando conteúdo para casa ou aulas impressas. O grande questionamento é: então, os alunos, eles não foram alfabetizados?

Segundo relatos e as estatísticas, a resposta é: não. Por essa razão, os resquícios da pandemia em relação à alfabetização ainda vão durar muito mais de cinco anos, os alunos saíram do primeiro, para o segundo, e foram para o terceiro ano sem estar alfabetizados.

Em 2022, quando os alunos retornaram as aulas presenciais e estavam no terceiro ano, eles não estavam alfabetizados, porque nas aulas impressas eles trabalhavam outras habilidades, e não para serem alfabetizados. A alfabetização comprovadamente se dá com a relação professor/aluno, no presencial, quando a criança está enxergando e ouvindo o som da letra, é assim que se alfabetiza, com sons. Diante disso, questiona-se: qual foi o investimento do município de Uruguaiana para que os níveis de alfabetização melhorassem?

Em 2022 o governo municipal investiu nas salas de aprendizagem e salas de reforço. O foco era que todas as escolas da rede municipal implantassem essa alternativa que pudesse ajudar na recuperação da aprendizagem e alfabetização dos alunos: eles eram atendidos no contraturno escolar e buscava-se identificar quais os níveis de atraso e dificuldades, principalmente de alfabetização. Hoje ainda existem alunos com problemas em decorrência da pandemia. O gestor afirma que: “a educação foi uma das maiores prejudicadas na pandemia por causa da questão da aprendizagem, que a aprendizagem se dá, na verdade, e é no presencial. É no professor/aluno, aluno com professor”.

Além das salas de reforço, houve inúmeros investimentos em salas de informática, foram comprados na época novos computadores para as escolas. Em setembro de 2022 os professores receberam Chromebook numa parceria da prefeitura e governo do estado, foi um investimento para que os professores pudessem preparar aulas, assistissem a palestras e

reuniões online. Além disso, a secretaria, com o apoio do governo municipal, realizou diversos treinamentos e palestras para motivar e orientar os professores.

Essa aquisição dos Chromebooks foi outra Política Pública dotada pela prefeitura. Em Uruguaiana foram compradas 900 unidades e distribuídas para todos os professores, coordenadores pedagógicos e gestores das escolas. Entre outras melhorias, as bibliotecas foram equipadas, bem como os laboratórios de informática, os laboratórios de ciência, são esses os investimentos que o poder público fez para o retorno das aulas em benefícios aos alunos. Sabemos que esses investimentos não chegaram diretamente às famílias e alunos durante a suspensão das aulas, mas foi pensado pelo poder público para que, quando houvesse o retorno, o professor, orientador, gestor e escola estivessem preparados para atender às demandas.

Outra importante iniciativa e aplicação de Política Pública nas escolas municipais em Uruguaiana foi a implementação na rede de psicólogos e assistentes sociais. Uruguaiana foi um dos municípios pioneiros no Rio Grande do Sul, atendendo a necessidade do retorno dos profissionais, alunos e famílias que estavam voltando de uma situação nunca vivida antes, foi um grande investimento do poder público.

4. OS ATORES ENVOLVIDOS

Após entrevista com o Gestor na época à frente da Secretaria Municipal de Educação, entendemos o trabalho desenvolvido de análise, as estratégias usadas para a recuperação da aprendizagem dos alunos após o período sem atividades presenciais, e, por fim, entendemos sobre as alternativas encontradas pela gestão para amenizar o grande impacto durante a pandemia.

4.1 Gestor 1

4.1.1 Sobre as avaliações na rede municipal durante a Pandemia

“Na verdade, durante a pandemia, a gente não exigiu relatórios, porque nós não tínhamos como avaliar. Não tem como avaliar. Não tem um índice certo de quem foi alfabetizado ou não. Tanto assim, que durante a pandemia, não houve reprovação de alunos, não se reprovou alunos. Isso foi uma orientação do próprio governo federal, do governo estadual, que não se reprovasse os alunos, que os alunos avançassem, né? E dentro do avanço que tu fazia, né, de uma série para outra, de um ano para outro, que existisse esse reforço, que existisse a recuperação, né, para que o aluno pudesse acompanhar. Então, assim, nós não exigimos durante esse período, né, como a gente exigiria no período normal, né, a avaliação dos alunos, né, que as escolas têm que fazerem a avaliação da criança para ver em que nível que ela está e comunicar à secretaria, olha, tenho tantas turmas de primeiro ano, tantos alunos estão no nível silábico, tantos estão no silábico alfabético, tantos estão no alfabético. Porque é preciso isso para chegar no último trimestre e saber se as tuas crianças, os teus alunos estão alfabetizados ou não. Porque é inadmissível que uma criança, a não ser que ela tenha inúmeras situações de deficiências, que ela chegue no final do primeiro ano no mesmo nível que ela entrou. Porque as crianças entram no nível de alfabetização no pré-silábico no primeiro ano. Então, a gente tem que estipular no primeiro ano em que nível que ela tem que sair. Ela tem que sair no mínimo no silábico da língua. Pra ela fazer o segundo ano e atingir o alfabético. Se a criança sair no primeiro ano, do primeiro ano pro segundo ano já, no silábico alfabético, é excelente. Então, a própria secretaria tem que determinar para as escolas qual o nível que as crianças têm que sair de um ano para o outro. Para chegar no terceiro ano, elas já

estarem no nível alfabético. Porque o nível ortográfico, que é o nível que seria o adequado, nem os adultos que estão em uma universidade são nível ortográfico. Nós temos inúmeras falhas na educação e a alfabetização é uma delas”.

4.1.2 Houve busca ativa?

“Busca ativa foi um trabalho bem intenso, né, de todas as escolas e da própria Secretaria da Educação, em parceria, inclusive, com o Ministério Público, nós fomos muito orientados aqui pela promotoria pública de Uruguaiana, né, que fez um trabalho intenso em relação à busca ativa, porque nós tínhamos que identificar naquele retorno quais as crianças que não tinham ainda retornado para a escola, quais os motivos, né, porque teve crianças que os pais solicitaram que continuassem ainda, né, em casa, com medo do próprio retorno que a gente fez, um retorno gradual, né. Mas assim, nós tivemos alguns problemas, principalmente com os alunos do ensino fundamental. Então, assim, a gente teve algumas situações, sim, mas as escolas eram orientadas como elas são orientadas durante um ano normal, né. Crianças com mais de cinco faltas, né, ligar para a família, saber o porquê que não está vindo, se não teve um atestado e tal, e ir em busca desses alunos, né, ir atrás, só que na época também, assim, nós tivemos muitos alunos que foram embora do Uruguaiana, muitas famílias que se retiraram, né, do Uruguaiana, se mudaram do Uruguaiana, por N motivos, né, famílias que se desestruturaram pela própria perda, muitas vezes, de pais, né, e mães, então a gente teve na época, assim, Não foi um número de evasão muito alto, mas uma evasão que já chega a 0,8, já chega a 1%, a gente tem que se preocupar, né? Principalmente numa rede como a nossa, que é uma rede de 11 mil, 12 mil alunos. Mas a busca ativa, ela se deu continuamente, tá? Com a parceria, como eu disse, com o Ministério Público, com o Conselho Tutelar, com a própria Secretaria de Saúde também, através dos agentes de endemias, porque eles iam nas residências e faziam também, então a gente criou uma rede, uma rede de parceria, para fazer também essa busca ativa, porque aí se a escola não identificava, de repente a saúde sabia, ou o conselho tutelar também estava sabendo, então teve essa rede de parceria, foi um trabalho bem, que eu acho que deveria ser contínuo, na verdade, a rede de parceria em função da busca ativa, mas a gente teve bastante dificuldade de encontrar famílias por essas situações que eu te coloquei, no caso, por exemplo, como era material impresso, houve casos, assim, das famílias não buscarem nenhum. Teve casos, sim, que a gente se preocupava nesse sentido, né, mas eu tenho que dizer, assim, que mais de 90% das famílias buscaram o material. Nós tivemos,

assim, até foi uma surpresa pra nós. A gente estipulava um período para que os pais pudessem ir buscar. Para quê? Para que a gente não tivesse tal dia, era para tal ano, por exemplo. Para não ter aglomeração. Mas se retirou muito material. Muito material. A gente, inclusive, na época, nós também entregamos os livros didáticos, principalmente para os alunos levarem para casa para trabalharem nos livros, né? E teve uma grande adesão a levar o livro didático. E o retorno do material? O retorno do material, nós tínhamos alguns problemas com o retorno, principalmente com os professores, muitas vezes, que não queriam pegar, né? Porque tinha aquela questão do toque, né, do material, e a gente tinha muito medo na pandemia, né, de tudo, tá, mas se retornou bastante material, sim, tá, principalmente nos anos iniciais, o maior retorno foi nos anos iniciais. As escolas que tinham grupos, por exemplo, como o Rui Barbosa, o Castelo Branco, que são escolas mais centrais, com as famílias com um poder aquisitivo melhor. Então, nas escolas da periferia, não, porque a gente sabe que não ia ter o acesso. Era o material impresso mesmo. Mas a grande maioria das famílias levou e devolveu. Hoje, eu acho que se a gente se passasse por um processo novamente eu acho que as famílias já estariam mais preparadas para também atender. Eu acho que ainda hoje a gente não está preparado para atender. Se tivesse uma nova situação, a gente teria que ainda continuar com o material impresso”.

4.1.3 Qual o impacto na alfabetização em função das famílias não terem acesso às TICs?

“A questão, o impacto de não ter a tecnologia eu tinha o exemplo das escolas privadas aqui de Uruguiana, que eu conheço várias colegas que trabalhavam, muitas crianças foram alfabetizadas. Então, eu acho que se nós tivéssemos esse acesso, nós poderíamos, e as famílias tivessem o acesso, nós poderíamos ter alfabetizado muitas crianças. não ter esse impacto de elas voltarem em 2022 sem estar em nenhum nível que fosse o suficiente para serem alfabetizadas, entendeu? Então, acho que se a gente tivesse como atender essas famílias e as famílias também tivessem esse, conseguissem acessar, né, a questão das aulas online, nós teríamos alfabetizado mais de 90% das crianças”.

4.1.4 As famílias buscavam e devolviam os materiais impressos?

“Porque a gente também tinha esse grande medo que as famílias não fossem buscar o material. Que não se interessassem por ir buscar, mas pelo contrário, eles foram buscar. E eles

queriam, tanto que eles pediam, e a gente não dava todas as semanas porque era impossível fazer impressão, uma escola para mil alunos, por exemplo, de material. Porque o que acontecia? Os professores encaminhavam as suas aulas para a coordenação pedagógica, e a coordenação pedagógica que fazia a impressão. Então ela tinha que fazer a impressão para mil alunos, 1.200 alunos, 600 alunos, né? Então, nós sempre dávamos um intervalo de 15 dias para cada entrega de material. Então, duas vezes no mês a gente entregava o material para as famílias levarem. E eles iam buscar. O nosso maior medo é que eles não fossem buscar. E eles foram buscar. Além, assim, é o que eu quero também que coloque, assim, que não foi só questão de investimento de recurso humano e de equipamentos. Nós entregamos merenda escolar durante todo o tempo da pandemia. Nossos alunos receberam kits montados, nós entregamos. Isso foi a gestão municipal. O governo federal orientou, ele passou o recurso igual da merenda para os municípios, mas a merenda, você gasta, por exemplo, 4 milhões de merenda por ano, e o governo federal te dá um milhão. Então o investimento do município é de 80% na merenda escolar. E o município investiu. Nós começamos entregando os marmitex. A gente viu que a marmitex os pais tinham vergonha de pegar a comida pronta para levar. E aí depois a gente deu uma cesta básica. Aí a gente viu que cesta básica, tu tinha que dar uma por família só. Só que a merenda escolar, ela é feita por aluno. ela é contada, vamos dizer assim, a quantidade de ingredientes que vai no preparo é por aluno. Então, é tantas gramas de arroz, tantas gramas de feijão, entendeu? Então, o que as nutricionistas da Secretaria de Educação fizeram? Elas calcularam quantas gramas que cada criança consumiria por dia na merenda. Então dava assim, 300 gramas de arroz, 300 de feijão, mas a gente não ia dar 300 gramas, então a gente dava um quilo. E a gente montou kits por alunos, com feijão, com arroz, com massa, o me lembro agora bem de cabeça o que que ia, mas era um kit que ia biscoito, sabe? O óleo... Então, só não ia o perecível, mas os não perecíveis iam. E cada aluno, se na tua casa tu tinha três crianças matriculadas na escola, eram três kits que tu recebia. Então, nós vemos na pandemia, a gente deu mais de 70 mil kits de alimentos. Entregou, durante todo o período da pandemia. E foi assim, de janeiro a janeiro, a gente nunca parou de entregar os kits. Então, o município também teve essa organização de entregar para essas famílias essa alimentação, porque a gente sabia que muitas famílias, os pais estavam desempregados também, porque ou trabalhava de garçom, ou trabalhava na noite e tal, não tinham como trabalhar. foram prejudicadas também financeiramente, e pelo menos esse kit de

alimentação garantia a alimentação das crianças durante aquele período. Então, também foi um investimento do município de Uruguaiana, da gestão municipal, também foi uma política pública manter a alimentação escolar”.

4.1.5 Como os alunos foram avaliados?

“No projeto político pedagógico, a avaliação diagnóstica é uma exigência de projeto político pedagógico a cada início de ano, meio de ano e final de ano. Na verdade, a avaliação diagnóstica você não faz só no início. A escola que tem dentro do seu projeto político pedagógico a avaliação só no início do ano, ela está equivocada. Mas ali que você detecta quem é que realmente estava alfabetizado ou não, entendeu? Pra poder intensificar a recuperação daqueles. Durante a pandemia foi observatória e, em 2022, voltou presencial, daí automaticamente já voltou a ser a diagnóstica. Então durante a pandemia foi observatória, e no retorno, foi a diagnóstica”.

4.1.6 Como foi sua atuação como Gestor?

“Eu era, na verdade, quando começou a pandemia, eu era da secretaria adjunta. Eu assumi depois, e eu peguei bem no início da pandemia a secretaria de educação. A secretaria de educação, ela chegou às minhas mãos no início da pandemia. E aí tu te questionas muitas vezes: ‘será que eu tenho competência profissional para levar tudo isso adiante?’, e aí a gente foi estudar, a gente foi se reunir, a gente foi buscar soluções, e não é um trabalho sozinho, um trabalho de grupo, é um trabalho de parceria. E nós tínhamos uma secretaria de educação na época, os colegas que trabalhavam comigo eram muito competentes nesse sentido, né, então a gente tinha uma rede de trabalho, uma união em querer fazer, atender, né, a demanda ali. Mas assim, foi muito preocupante, ainda hoje a gente conversava aqui, e eu dizia para os colegas, nós nunca paramos de trabalhar. A Secretaria de Educação, ela funcionou todo o período da pandemia, nós podíamos não estar de portas abertas para o público, mas lá dentro nós trabalhamos o tempo inteiro, e quando a gente não estava na Secretaria, que a gente saía, né, trabalhava ali um período, até as duas horas depois do a gente ia para casa, porque não tinha aula realmente, e a gente seguia em casa trabalhando, porque as nossas reuniões online, elas continuavam mesmo em casa, e além de pegar, né, de ter todo esse compromisso com a Secretaria de Educação, que, graças a Deus, eu consegui fazer meu trabalho da melhor forma

possível, e tenho reconhecimento disso de vários setores que reconhecem o trabalho da Secretaria de Educação de Uruguaiana durante a pandemia como um trabalho de excelência, né, e a gente recebeu, inclusive, prêmios por isso e tal. Mas o que eu... Além disso também, eu fui denominada pelo prefeito, na época fui coordenadora do COE Municipal. Então, além da Secretaria da Educação, eu tinha mais a coordenação do COE Municipal, que era o Centro de Operações de Emergência, que trabalhava tanto para as escolas do município, o Estado, o privado, nós tínhamos reuniões semanais. O COE liberava ou não a abertura de toda a cidade. E eu estava à frente disso aí, então eu aprendi muito. Eu acho que Deus coloca a gente nos lugares certos, nas horas certas. E eu consegui fazer meu trabalho. Não foi fácil, vou te dizer que não foi fácil. Foi difícil porque... a gente perdeu muitos colegas. E quando tu perdes colegas, parceiros de trabalho, pessoas da tua família, e tu tens que continuar ali trabalhando. Porque era uma rede com quase 2 mil servidores que dependem do teu trabalho diário ali e mais as famílias. Então nós não poderíamos nos dar ao luxo de parar em que a gente tinha que seguir. Então foi bem desafiador, foi muito desafiador, mas eu acho que quando tu tens o compromisso e a responsabilidade, que tu sabe que tu estás ali para transformar a vida de várias pessoas, tu consegue, tu vais. A gente estudou muito, a gente leu muito, a gente assistiu muita live para que a gente pudesse fazer o trabalho da Secretaria de Educação no município de Uruguaiana. Pode não ter atingido níveis de aprovação como em outros municípios, mas a gente fez o melhor que a gente pôde, né, e eu sempre agradeço, assim, ao trabalho das coordenações pedagógicas, das direções da escola, dos professores, das famílias, porque foi uma rede toda em função das crianças que nós tínhamos, dos adolescentes”.

4.1.7 Existem dados que comprovem os déficits da alfabetização?

“Na verdade, não tem... Porque, provavelmente, como não teve uma avaliação, não tem como ter um dado de quem sabia ou não sabia. Não tem como dizer assim, tanto por cento foi aprovado no Dom Bosco em matemática. Vai ter 100% em todas, entendeu, Carol? Porque não teve reprovação. Se não teve reprovação, o índice é 100%. O índice é 100%”.

4.1.8 Como foi o retorno presencial em 2022?

“E no retorno, em 22, quando retornamos, que a gente fez as reuniões primeiro com as direções, com as coordenações pedagógicas, era de se fazer as avaliações diagnósticas.

identificar aquelas crianças com maior dificuldade para encaminhar para as salas de reforço, mas durante esse processo de identificação e de encaminhamento fazer as reuniões diretas com as famílias, chamar família por família e dizer como que ia ser feito o trabalho, qual era o papel da escola e qual era o papel da família. Tanto que as crianças foram para as salas de reforço, porque os pais entenderam da necessidade e que as crianças realmente não tinham sido alfabetizadas. E eles sabiam disso, porque eles sabiam que os filhos não sabiam ler nem escrever. Entendeu? Então, claro que a gente vai encontrar nesse meio de caminho famílias que não são comprometidas, né? E que tu tem que fazer eles terem o compromisso, bom, é através da promotoria pública, é através do conselho tutelar, de alguma forma tu vai ter que ter também para responsabilizar aquelas famílias que não enxergavam a necessidade das crianças frequentarem. Porque aí nós também fomos buscar a obrigatoriedade das crianças frequentarem as salas de reforço e junto com o conselho tutelar e com a promotoria pública fazer com que esses pais tivessem essa responsabilidade porque senão ela não teria o retorno que a gente esperava, entendeu? Porque aí tu pensa assim, o conselho tutelar é a obrigatoriedade do aluno frequentar os 200 dias, mas tem a obrigatoriedade da sala de reforço, assim como tem a obrigatoriedade de levar na sala de recurso aquela criança que precisa do atendimento da sala de recurso também. Então, são compromissos que tu faz os pais entenderem numa conversa formal dentro da escola, ou tu faz pelos meios legais”.

4.2 Professor 1

4.2.1 Como você se viu no processo de alfabetização durante a pandemia?

Muito limitada, pois escolas municipais só disponibilizavam material físico. Mesmo fazendo live pelo whatsapp, nas quais poucos alunos participavam, o processo foi difícil.

4.2.2 Você acredita que os alunos foram alfabetizados na pandemia?

Acredito que em raras exceções, quando a família procurava auxiliar.

5. METODOLOGIA

5.1 Tipo da pesquisa:

No trabalho utilizei como metodologia de pesquisa:

- A pesquisa quantitativa, que foca em números, estatísticas e dados estruturados para medir comportamentos e generalizar resultados, quantificar o problema, mensurar variáveis e projetar resultados para um público maior, questionários fechados, enquetes, pesquisas de mercado com múltipla escolha, estatística, gráficos, tabelas e alta padronização;
- A pesquisa qualitativa, que é a perspectiva que busca entender percepções e subjetividades, e não números. Uma abordagem que se concentra em explorar e compreender a subjetividade dos participantes, como suas opiniões, sentimentos e percepções, tem como finalidade entender a complexidade das relações sociais e os significados atribuídos por indivíduos a uma determinada realidade ou fenômeno. As técnicas podem ser: Entrevistas em profundidade, observação participante e análise de conteúdos textuais.

Sobre a relação entre os dois termos: a pesquisa quantitativa é um método estruturado de investigação que coleta e analisa dados numéricos para medir variáveis; enquanto que a pesquisa qualitativa é o tipo de análise de dados que o pesquisador escolherá para interpretar as informações coletadas. A pesquisa mista (quali-quant) combina métodos quantitativos e qualitativos em um único estudo para fornecer uma compreensão mais profunda e abrangente de um problema, superando as limitações do uso isolado de cada abordagem. Ela integra a análise estatística de dados numéricos com a interpretação de dados subjetivos, como entrevistas ou observações, os dados qualitativos e quantitativos são coletados, analisados e integrados para se complementarem. A pesquisa oferece uma visão panorâmica (quantitativa) e, ao mesmo tempo, detalhada (qualitativa) do fenômeno estudado e ainda podem ocorrer em etapas distintas ou ao mesmo tempo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar como foi desenvolvida a alfabetização no ensino fundamental - anos iniciais na Escola Dom Bosco com a ausência das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs. Percebeu-se durante o estudo a reorganização da escola para que os alunos tivessem acesso aos materiais impressos que substituiriam as aulas remotas, já que a escola tem em sua grande maioria famílias de baixa renda que certamente durante a pandemia não tinham acesso à internet compatível para que os filhos pudessem assistir às aulas remotas.

Percebeu-se a grande dificuldade em manter a alfabetização num nível coerente e diversas medidas foram tomadas pelo Poder Público para amenizar o impacto que foi a pandemia na educação. A educação precisou se reinventar durante o período pandêmico no recorte 2020 a 2022, materiais impressos foram distribuídos para os alunos e o acompanhamento das atividades feitas pelos pais e responsáveis. A avaliação foi feita de maneira observatória, e não existem índices e estatísticas que mostrem quem foi realmente alfabetizado. Logo no retorno de maneira híbrida uma das alternativas encontradas foram as aulas de reforço escolar no contraturno, para que se pudesse diminuir os déficits da alfabetização por materiais impressos.

Verificou-se que, mesmo diante de todas as adversidades/dificuldades, as escolas, professores, poder público se reinventaram para ofertar uma modalidade de ensino que pudesse suprir o que estava acontecendo, houve dedicação e empenho para que a educação não sofresse tanto diante do que aconteceu, mas fica evidente que as alternativas utilizadas seriam as mesmas conforme relato do Gestor 1, já que as diferenças sociais sempre existirão.

Constatou-se que, enquanto o governo estadual optou por informatizar os professores/educadores, o governo do municipal priorizou o reforço escolar no contraturno, e que ambos não mediram esforços para amenizar as lacunas deixadas na alfabetização.

As desigualdades ficaram evidenciadas, e o Covid-19 veio para mostrar os problemas, desafios e fragilidades do nosso sistema educacional. Tornaram-se expostas questões sobre as escolas públicas, o perfil dos estudantes durante a alfabetização, a formação dos professores e do poder público.

Fica evidente nessa pesquisa a importância do ensino presencial, a relação professor/aluno na sala de aula na alfabetização, que em uma comunidade escolar de vulnerabilidade social como identificamos na escola Dom Bosco, o ensino através de TIC's foi um fator excludente, os alunos não possuíam acesso às tecnologias.

Para essa pesquisa foi feito e assinado o Termo de Consentimento das pessoas entrevistadas, tendo a ciência de que os dados serão coletados através de questionário semiestruturado, e que os termos serão destruídos em cinco anos e que os dados obtidos através deste estudo poderão ser divulgados para publicação, entretanto, o anonimato dos participantes será preservado.

Esse trabalho foi desenvolvido para que se entenda a importância de reparar os danos que ficaram, as lacunas na alfabetização nos anos pandêmicos, o grande desafio para o sistema de ensino é encontrar alternativas que amenizem os déficits deixados pela pandemia na educação, para que a aprendizagem desenvolva nos alunos o pensamento crítico, intelecto e humano.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** - Lei 9394/96 | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CP Nº: 5/2020**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/cp/2020/pcp005_20.pdf. Acesso em 15 de março de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE URUGUAIANA. **Resolução nº 09, de 03 de abril de 1990**. Lei orgânica do município de Uruguaiana. Disponível em: <https://www.uruguaiana.rs.leg.br/arquivos/pdf/lei-organica-de-uruguaiana>.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GRISA, Gregório. **A educação durante o distanciamento social e depois dele**. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/educacao-distanciamento-durante-depois/>. Acesso em agosto de 2023.

GUIMARÃES, Ueudison Alves; GODKE, Andrea; ROQUE, Silvania Maria; LEANDRO, Anelli de Sena Araújo. As políticas educacionais na Pandemia: o ensino híbrido e suas possibilidades. **RECIMA 21** - Revista Científica Multidisciplinar. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3044>. Acesso em 12 de março de 2026.

HOGEMANN, Edna Raquel. Desafios e perspectivas: políticas públicas, gestão educacional, novas tecnologias e o paradigma do ensino híbrido. **Revista Interdisciplinar de Direito**. 2024. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/1571/986>. Acesso em 12 de março de 2026.

LENZI, Tié. **Políticas públicas na educação: quais são e quem faz?** Disponível em: <https://www.todapolitica.com/politicas-publicas-na-educacao/>. Acesso em agosto de 2023.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S. **Educação escolar**: políticas estrutura e organização. 2ª ed. Coleção Docência em Formação. São Paulo: Cortez, 2005.

MACEDO, Stephanie. **Políticas Públicas**: o que são e para que existem. Disponível em: <https://al.se.leg.br/politicas-publicas-o-que-sao-e-para-que-existem/>. Acesso em setembro de 2022.

PARENTE, Rafael. **Educação durante e pós-pandemia – lições relevantes**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/05/16/internas_opiniao,855449/artigo-educacao-durante-e-pos-pandemia-licoes-relevantes.shtml. Acesso em setembro de 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **DECRETO Nº 55.118, DE 16 DE MARÇO DE 2020**. Disponível em <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/decreto-55118.pdf>. Acesso em 20 de março de 2025.

SILVA, Lorena *et al.* **Educadores Frente à Pandemia**: Dilemas e Intervenções alternativas para Coordenadores e Docentes. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 3, n. 7, 2020.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINPRO/RS. **O impacto da pandemia em diferentes áreas da educação**. Disponível em: <https://www.sinprors.org.br/comunicacao/noticias/o-impacto-da-pandemia-em-diferentesareas-da-educacao>. Acesso em junho de 2022.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Cengage Learning, 2014.

SENNA, Viviane. **Covid-19 potencializa desigualdades na educação**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/05/covid-19-potencializa-desigualdades-na-educacao.shtml>. Acesso em setembro de 2023.

SERENNA, Natália. Leis que regem o Sistema Educacional Brasileiro. Disponível em: <https://serenna.jusbrasil.com.br/artigos/605460083>. Acesso em setembro de 2023.

SILVEIRA, A. S.; ARAÚJO NETO, A. B; OLIVEIRA, L. M. S. Processo ensino aprendizagem na educação infantil em tempos de pandemia e isolamento. **Ciência Contemporânea**, vol. 1, n. 6, 2020. Disponível em: <http://www.cienciacontemporanea.com.br/index.php/revista/article/view/32/29>. Acesso em: 20 de fevereiro 2026.

SOUSA COSTA, W.; DE SOUSA COSTA, R. O abismo social em tempos de pandemia: a educação é um direito para todos ou um privilégio? **Revista Gênero e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 2, n. 06, 2022. DOI: 10.51249/gei.v2i06.609. Disponível em: <https://www.periodicojs.com.br/index.php/gei/article/view/609>. Acesso em 15 de março de 2026.

URUGUAIANA. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – URUGUAIANA/RS
Resolução N.º 005, de 17 de dezembro de 2020. URUGUAIANA. Parecer
CME/Uruguaiana N.º 004 /2020 CME/Conselho Pleno. Disponível em:
https://sapl.uruguaiana.rs.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2020/4000/of080_2020_cme_covid.pdf. Acesso em 10 de março de 2026.

URUGUAIANA. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – URUGUAIANA/RS .
Disponível em: <https://www.uruguaiana.rs.gov.br/portal/secretarias/53/conselho-municipal-de-educacao---cme>. Acesso em 10 de março de 2026.

URUGUAIANA. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Educação Básica Dom Bosco.** Homologado em 2021.

URUGUAIANA. **Regimento Escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Bosco.** Homologado em 17/02/2020.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Concepção Dialética-Libertadora do processo de Avaliação Escolar.** São Paulo, Libertad, 1994.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Através deste termo gostaríamos de convidá-lo (a) a participar de nosso estudo denominado: **AUSÊNCIA DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA REMOTA DA CIDADE DE URUGUAIANA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19.**

O objetivo desta pesquisa é analisar como a ausência de Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs impactou na alfabetização dos alunos dos anos iniciais – 1º a 3º ano, da Escola Municipal Dom Bosco durante a pandemia no ano recorte 2020 a 2022, quais foram as políticas públicas implementadas pelo governo municipal para amenizar a situação na educação.

Assinando o presente termo, concordo em participar de forma voluntária deste estudo e que fui devidamente informado(a) de forma clara e detalhada sobre as questões relacionadas ao estudo e ao objetivo do mesmo.

Tenho ciência de que os dados serão coletados através de questionário semiestruturado, e que os questionários serão destruídos em cinco anos. Tais dados obtidos através deste estudo poderão ser divulgados para publicação, entretanto, o anonimato de meus dados de identificação serão preservados. A minha desistência da pesquisa pode ocorrer em qualquer momento sem acarretar qualquer dano, prejuízo ou penalidade.

Eu _____, ao assinar este documento, declaro ter lido (ou escutado a leitura deste), ter entendido as informações citadas acima e concordado em participar da pesquisa acima descrita, de autoria da Mestranda Flávia Caroline da Silva de Medeiros, sob a orientação do Professor Dr. Ronaldo Colvero.

Confirmo o recebimento de uma das duas cópias do termo de consentimento, sendo a outra arquivada pelo pesquisador.

Informante

Flávia Caroline da Silva de Medeiros – Aluna/Pesquisadora - Telefone para contato: (55)999018060

Ronaldo Colvero – Professor Orientador

_____, ____ de _____ de 2026.

ANEXOS

Dados da escola:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2020
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E FREQUENTANDO EM 11/03/2020

ESCOLAS URBANAS	ESC ENS FUNDAMENTAL	ANO										TOTAL	EJA	Ed. Inf.	Ed. Prof. Técnico	TOTAL
		1º	2º	Acel.	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º					
	E.M.E.F. Cabo Luiz Quevedo	96	96	-	112	111	117	92	117	97	92	930	-	-	-	930
	E.M.E.F. Castelo Branco	37	45	-	48	47	38	50	46	52	49	412	-	-	-	412
	E.M.E.F. Dom Bosco	42	39	-	55	57	61	51	60	55	40	460	-	-	-	460
	E.M.E.F. General Osório	52	54	-	57	71	63	72	55	69	52	545	-	72	-	617
	E.M.E.B. José Francisco	53	62	-	52	78	55	89	88	68	57	602	-	36	-	638
	E.M.E.F. Marília S. Felice	117	80	-	120	108	106	102	100	118	104	955	-	40	-	995
	E.M.E.F. Moacyr R. Martins	100	111	-	122	110	136	116	135	120	109	1059	74	-	-	1133
	E.M.E.F. Osvaldo Cruz	72	55	-	52	50	40	-	-	-	-	269	-	-	-	269
E.M.E.B. Rui Barbosa	96	95	-	124	95	83	93	92	88	84	850	101	35	-	986	
E.M.E.F. Elvira Ceratti - CAIC	57	42	-	69	56	45	64	40	38	39	450	-	-	-	450	
TOTAL	722	679	0	811	783	744	729	733	705	626	6532	175	183	-	6890	
ESCOLAS RURAIS	E.M.E.F. Alceu Wamosy	13	18	-	13	15	21	20	22	20	19	161	-	27	-	188
	E.M.E.F. Dom Fernando	8	17	-	19	17	14	18	22	24	24	163	-	15	-	178
	E.M.E.F. Crespo de Oliveira	20	17	-	14	16	17	14	18	13	18	147	-	33	-	180
	E.M.E.F. Patrício Lopes	17	0	-	20	0	15	13	13	7	12	97	-	28	-	125
	E.M.E.F. Oscar Machado	3	2	-	-	3	2	-	-	-	-	10	-	-	-	10
	E.M.E.F. Vertentes	2	3	-	2	3	3	-	-	-	-	13	-	-	-	13
	TOTAL	63	57	0	68	54	72	65	75	64	73	591	-	103	-	694
TOTAL ENS FUNDAMENTAL		785	736	0	879	837	816	794	808	769	699	7123	175	286	-	7584
ESCOLAS ED INFANTIL	ESC EDUCAÇÃO INFANTIL	Etapa I		Etapa II		Etapa III		Etapa IV		Etapa V		Etapa VI		TOTAL		
	EMEI Casinha da Emilia	5		13		36		41		58		69		222		
	EMEI Cecília Meireles	32		62		86		129		126		112		547		
	EMEI Cinderela	7		20		26		26		34		30		143		
	EMEI Elvira Ceratti - CAIC	9		24		39		39		81		82		274		
	EMEI Gonçalves da S. Alves	8		28		47		57		57		62		259		
	EMEI Jardim Domingos J. Alme	-		-		-		-		33		76		109		
	EMEI José Mº Argemi	29		44		85		107		134		146		545		
	EMEI Marília S. Felice	10		25		47		62		97		83		324		
	EMEI Mário Quintana	20		64		69		80		106		88		427		
	EMEI Monteiro Lobato	7		15		49		54		90		92		307		
	EMEI Prof Denise Clausell	6		20		19		26		-		-		71		
	EMEI Saci Pererê	13		13		26		45		98		77		272		
	EMEI Tia Mercedes	12		28		48		40		81		62		271		
	EMEI Tia Nina	6		14		13		31		33		37		134		
	EMEI Vasco Prado	10		24		82		103		111		106		436		
	EMEI Vovô Chica	7		30		28		53		58		48		224		
TOTAL ED. INFANTIL		181		424		700		893		1197		1170		4565		
Educação Profissional - Curso Técnico		Módulo I		Módulo II		Módulo III		Módulo IV		Módulo V		TOTAL				
Colégio Agrícola de Uruguaiana Dr. Luiz Martins Bastos		131		58		52		31		-		272				

TOTALIZAÇÃO

Níveis de Ensino		Urbano	Rural	Total
Educação Infantil		4748	103	4851
Ensino Fundamental	Regular	6532	591	7123
	EJA	175	-	175
Ed. Profissional - Curso Técnico		-	272	272
Total Geral		11455	966	12421

Fonte: SEMED/Setor de Informática

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Uruguaiana/RS (2025)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2021

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E FREQUENTANDO EM 26/05/2021

	ESC ENS FUNDAMENTAL	ANO									TOTAL	EJA	Ed. Inf.	Ed. Prof. Técnico	TOTAL
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º					
ESCOLAS URBANAS	E.M.E.F. Cabo Luiz Quevedo	90	97	92	109	108	116	91	113	92	908	-	-	-	908
	E.M.E.F. Castelo Branco	35	38	48	48	52	43	52	47	52	415	-	-	-	415
	E.M.E.F. Dom Bosco	46	47	43	61	55	68	62	55	51	488	-	41	-	529
	E.M.E.F. General Osório	45	56	56	61	70	68	74	56	64	550	-	67	-	617
	E.M.E.B. José Francisco	58	63	65	53	82	62	87	92	68	630	-	30	-	660
	E.M.E.F. Marília S. Felice	105	116	88	129	107	112	111	100	124	992	-	29	-	1021
	E.M.E.F. Moacyr R. Martins	103	97	111	120	108	135	118	141	120	1053	46	-	-	1099
	E.M.E.F. Osvaldo Cruz	64	72	51	49	49	-	-	-	-	285	-	-	-	285
	E.M.E.B. Rui Barbosa	72	96	95	119	96	84	92	93	91	838	63	46	-	947
	E.M.E.F. Elvira Ceratti - CAIC	56	52	46	69	52	43	64	42	35	459	-	-	-	459
	TOTAL	674	734	695	818	779	731	751	739	697	6618	109	213	0	6940
ESCOLAS RURAIS	E.M.E.F. Alceu Wamosy	13	12	17	16	17	19	25	21	23	163	-	24	-	187
	E.M.E.F. Dom Fernando	9	8	20	18	17	13	22	16	20	143	-	18	-	161
	E.M.E.F. Crespo de Oliveira	17	19	18	16	14	16	12	18	11	141	-	25	-	166
	E.M.E.F. Patrício Lopes	9	7	5	14	8	16	12	11	6	88	-	43	-	131
	E.M.E.F. Oscar Machado	-	3	1	1	3	-	-	-	-	8	-	-	-	8
	E.M.E.F. Vertentes	-	1	3	3	2	-	-	-	-	9	-	-	-	9
		TOTAL	48	50	64	68	61	64	71	66	60	552	-	110	-
TOTAL ENS FUNDAMENTAL		722	784	759	886	840	795	822	805	757	7170	109	323	-	7602
ESCOLAS ED INFANTIL	ESC EDUCAÇÃO INFANTIL	Etapa I		Etapa II		Etapa III		Etapa IV		Etapa V		Etapa VI		TOTAL	
	EMEI Casinha da Emilia	-		16		30		45		58		54		203	
	EMEI Cecília Meireles	13		66		91		113		145		118		546	
	EMEI Cinderela	4		11		20		27		26		31		119	
	EMEI Elvira Ceratti - CAIC	1		14		31		43		48		73		210	
	EMEI Gonçalina da S. Alves	10		15		30		50		64		65		234	
	EMEI Jardim Domingos J. Almeida	-		-		-		-		48		43		91	
	EMEI José Mª Argemi	15		46		58		99		118		135		471	
	EMEI Marília S. Felice	9		27		44		63		81		91		315	
	EMEI Mário Quintana	2		36		65		69		81		110		363	
	EMEI Monteiro Lobato	13		18		34		74		73		109		321	
	EMEI Prof Denise Clausell	6		9		29		20		-		-		64	
	EMEI Saci Pererê	2		13		26		38		64		84		227	
	EMEI Tia Mercedes	8		29		27		50		54		77		245	
	EMEI Tia Nina	3		7		15		26		40		29		120	
	EMEI Vasco Prado	10		27		52		79		118		96		382	
	EMEI Vovó Chica	4		12		32		31		53		54		186	
		TOTAL ED. INFANTIL	100		346		584		827		1071		1169		4097
Educação Profissional - Curso Técnico		Módulo I		Módulo II		Módulo III		Módulo IV		Módulo V		TOTAL			
Colégio Agrícola de Uruguiana Dr. Luiz Martins Bastos		32		21		29		24		39		145			

TOTALIZAÇÃO

Níveis de Ensino		Urbano	Rural	Total
Educação Infantil		4310	110	4420
Ensino Fundamental	Regular	6618	552	7170
	EJA	109	-	109
Ed. Profissional - Curso Técnico		-	145	145
Total Geral		11037	807	11844

Fonte: SEMED/Setor de Informática

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Uruguai/RS (2025).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE 2022

NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E FREQUENTANDO EM 25/05/2022

	ESC ENS FUNDAMENTAL	ANO									TOTAL	EJA	Ed. Inf.	Ed. Prof. Técnico	TOTAL
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º					
ESCOLAS URBANAS	E.M.E.F. Cabo Luiz Quevedo	96	88	95	95	96	100	97	85	94	846	-	-	-	846
	E.M.E.F. Castelo Branco	35	34	47	43	51	51	48	51	43	403	-	-	-	403
	E.M.E.F. Dom Bosco	69	44	52	50	55	63	64	58	45	500	-	41	-	541
	E.M.E.F. General Osório	61	42	48	64	64	69	67	69	53	537	-	74	-	611
	E.M.E.B. José Francisco	34	62	67	62	55	83	62	82	81	588	-	34	-	622
	E.M.E.F. Marília S. Felice	97	103	99	83	136	105	115	100	81	919	-	47	-	966
	E.M.E.F. Moacyr R. Martins	121	116	94	112	109	103	134	111	125	1025	87	-	-	1112
	E.M.E.F. Osvaldo Cruz	60	53	63	44	47	-	-	-	-	267	-	-	-	267
	E.M.E.B. Rui Barbosa	104	73	92	95	108	90	82	87	90	821	54	48	-	923
	E.M.E.F. Elvira Ceratti - CAIC	52	57	53	50	68	56	42	62	38	478	-	-	-	478
	TOTAL	729	672	710	698	789	720	711	705	650	6384	141	244	0	6769
ESCOLAS RURAIS	E.M.E.F. Alceu Wamosy	15	13	13	16	13	12	16	20	17	135	-	17	-	152
	E.M.E.F. Dom Fernando	17	6	9	19	14	16	13	17	18	129	-	10	-	139
	E.M.E.F. Crespo de Oliveira	21	23	20	20	20	13	23	15	17	172	-	24	-	196
	E.M.E.F. Patrício Lopes	7	10	7	3	15	9	15	13	11	90	-	68	-	158
	E.M.E.F. Oscar Machado	2	1	4	1	1	-	-	-	-	9	-	-	-	9
	E.M.E.F. Vertentes	1	-	1	3	3	-	-	-	-	8	-	-	-	8
	TOTAL	63	53	54	62	66	50	67	65	63	543	0	119	0	662
TOTAL ENS FUNDAMENTAL		792	725	764	760	855	770	778	770	713	6927	141	363	0	7431
ESCOLAS ED INFANTIL	ESC EDUCAÇÃO INFANTIL	Etapa I		Etapa II		Etapa III		Etapa IV		Etapa V		Etapa VI		TOTAL	
	EMEI Casinha da Emilia	6		13		24		41		67		62		213	
	EMEI Cecília Meireles	27		59		85		138		101		140		550	
	EMEI Cinderela	7		18		26		21		28		25		125	
	EMEI Elvira Ceratti - CAIC	12		19		42		55		62		58		248	
	EMEI Gonçalina da S. Alves	9		25		41		36		75		73		259	
	EMEI Jardim Domingos J. Almeida	-		-		-		-		37		42		79	
	EMEI José Mª Argemi	15		38		62		67		114		111		407	
	EMEI Marília S. Felice	10		30		39		58		80		72		289	
	EMEI Mário Quintana	12		46		55		82		82		69		346	
	EMEI Monteiro Lobato	8		22		23		68		88		92		301	
	EMEI Prof Denise Clausell	9		10		21		29		7		8		84	
	EMEI Saci Pererê	2		18		23		56		69		75		243	
	EMEI Tia Mercedes	8		26		29		39		71		44		217	
	EMEI Tia Nina	5		7		13		29		40		44		138	
	EMEI Vasco Prado	9		25		48		84		114		73		353	
	EMEI Vovó Chica	6		23		25		43		47		47		191	
	TOTAL ED. INFANTIL	145		379		556		846		1082		1035		4043	
	Educação Profissional - Curso Técnico	Módulo I		Módulo II		Módulo III		Módulo IV		Módulo V		TOTAL			
	Colégio Agrícola de Uruguai Dr. Luiz Martins Bastos	39		35		20		14		39		147			

TOTALIZAÇÃO

Níveis de Ensino		Urbano	Rural	Total
Educação Infantil		4287	119	4406
Ensino Fundamental	Regular	6384	543	6927
	EJA	141	-	141
Ed. Profissional - Curso Técnico		-	147	147
Total Geral		10812	809	11621

Fonte: SEMED/Setor de Informática

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Uruguai/RS (2025).

Fotos

1. A Escola Dom Bosco



Fonte: produzida pela autora (2025)

2. Equipe Pedagógica Escola Dom Bosco



Fonte: produzida pela autora (2025)

Documentos de análise - entrevista Gestor

No.	Documento	Criado por
1	Gestor 1 -	Flavia Medeiros

Transcrição das respostas:

2. G1 ESCOLA E FAMÍLIA

1.

"Escolas que tinham esse, que conseguiam fazer a aula online, mesmo assim, também não conseguiam. Escolas que tinham, nós tínhamos escolas que tinham um nível um pouquinho melhor financeiramente das famílias, que as colegas conseguiam fazer, e mesmo assim, a gente não conseguiu. Eu posso até falar, assim, colegas que se trabalhavam em escolas particulares, escolas privadas, que também tiveram muita dificuldade de alfabetizar por não ser presente."

[Posição: 10 - 10; Peso do resultado: 0]

2.

"Então, a gente foi equipando as escolas através de uma política pública de investimentos para que pudesse ter o retorno de aprendizagem. Mas, de certo modo, não chegou nas famílias, né?"

[Posição: 24 - 25; Peso do resultado: 0]

3.

"Porque nós precisávamos começar pelo professor primeiro, porque não adianta eu começar pelas famílias e eu não ter o meu professor com o material dele para o retorno, entendeu? No momento que tu investe no trabalho do professor também, porque a gente não pode pensar que é só o retorno para a família, é ter um professor com o seu material adequado dentro da escola, com os equipamentos necessários, para que a boa aprendizagem também se dá dentro do ambiente escolar, daquilo que tu oferta para o teu profissional da educação, né, e na época o governo municipal teve muita essa preocupação, né, de equipar as escolas para que os professores pudessem daí dar o retorno para o aluno, né."

[Posição: 25 - 25; Peso do resultado: 0]

4.

"Áudio 5 – Busca ativa foi um trabalho bem intenso, né, de todas as escolas e da própria Secretaria da Educação, em parceria, inclusive, com o Ministério Público, nós fomos muito orientados aqui pela promotoria pública de Uruguaiana, né, que fez um trabalho intenso em relação à busca ativa, porque nós tínhamos que identificar naquele retorno quais as crianças que não tinham ainda retornado para a escola, quais os motivos, né, porque teve crianças que

os pais solicitaram que continuassem ainda, né, em casa, com medo do próprio retorno que a gente fez, um retorno gradual, né. Mas assim, nós tivemos alguns problemas, principalmente com os alunos do ensino fundamental 2, né, lá do sexto ao nono ano, né. Então, assim, a gente teve algumas situações, sim, mas as escolas eram orientadas como elas são orientadas durante um ano normal, né. crianças com mais de cinco faltas, né, ligar para a família, saber o porquê que não está vindo, se não teve um atestado e tal, e ir em busca desses alunos, né, ir atrás, só que na época também, assim, nós tivemos muitos alunos que foram embora do Uruguai, muitas famílias que se retiraram, né, do Uruguai, se mudaram do Uruguai, por N motivos, né, famílias que se desestruturaram pela própria perda, muitas vezes, de pais, né, e mães, então a gente teve na época, assim, Não foi um número de evasão muito alto, mas uma evasão que já chega a 0,8, já chega a 1%, a gente tem que se preocupar, né? Principalmente numa rede como a nossa, que é uma rede de 11 mil, 12 mil alunos."

[Posição: 33 - 34; Peso do resultado: 0]

5.

"Com a parceria, como eu disse, com o Ministério Público, com o Conselho Tutelar, com a própria Secretaria de Saúde também, através dos agentes de endemias, porque eles iam nas residências e faziam também, então a gente criou uma rede, uma rede de parceria, para fazer também essa busca ativa, porque aí se a escola não identificava, de repente a saúde sabia, ou o conselho tutelar também estava sabendo, então teve essa rede de parceria, foi um trabalho bem, que eu acho que deveria ser contínuo, na verdade, a rede de parceria em função da busca ativa, mas a gente teve bastante dificuldade de encontrar famílias por essas situações que eu te coloquei, né, das famílias não estarem... Que daí, no caso, por exemplo, como era material impresso, houve casos, assim, das famílias não buscarem nenhum, assim... Teve casos, sim, que a gente se preocupava nesse sentido, né, mas eu tenho que dizer, assim, que mais de 90% das famílias buscaram o material. Nós tivemos, assim, até foi uma surpresa pra nós, Porque em escolas, por exemplo, como Marília, que é uma escola com mil alunos, o Moacir, que é uma escola com mil e duzentos alunos, tinha fila para retirar o material."

[Posição: 34 - 34; Peso do resultado: 0]

6.

"O retorno do material, nós tínhamos alguns problemas com o retorno, principalmente com os professores, muitas vezes, que não queriam pegar, né? porque tinha aquela questão do toque, né, do material, e a gente tinha muito medo na pandemia, né, de tudo, tá, mas se retornou bastante material, sim, tá, principalmente nos anos iniciais, o maior retorno foi nos anos iniciais, não foi tanto do sexto ao nono, inclusive no sexto ao nono, a gente também, a própria Secretaria da Educação, nós elaboramos vídeos com aulas, e esses vídeos com aulas de matemática, de ciências, de espanhol, de inglês. A gente encaminhava para as escolas, para as escolas passarem nos seus grupos. As escolas que tinham grupos, por exemplo, como o Rui Barbosa, o Castelo Branco, que são escolas mais centrais, com as famílias com um poder aquisitivo melhor. Então, nas escolas da periferia, não, porque a gente sabe que não ia ter o acesso."

[Posição: 34 - 34; Peso do resultado: 0]

7.

"Era o material impresso mesmo."

[Posição: 34 - 34; Peso do resultado: 0]

8.

"Eu tinha o exemplo das escolas privadas aqui de Uruguaiana, que eu conheço várias colegas que trabalhavam, muitas crianças foram alfabetizadas. Então, eu acho que se nós tivéssemos esse acesso, nós poderíamos, e as famílias tivessem o acesso, nós poderíamos ter alfabetizado muitas crianças. não ter esse impacto de elas voltarem em 2022 sem estar em nenhum nível que fosse o suficiente para serem alfabetizadas, entendeu?"

[Posição: 36 - 36; Peso do resultado: 0]

9.

"Foi uma das primeiras, ou a primeira escola."

[Posição: 40 - 40; Peso do resultado: 0]

3. G1- PANDEMIA E AS CRIANÇAS

1.

"A gente poderia gravar vídeos, encaminhar, como a gente fez mais para o final ali da pandemia, mas a nossa preocupação sempre foi a alfabetização, porque tu não alfabetiza a criança mandando conteúdo para casa, mandando aula impressa. Então, essas crianças, elas não foram alfabetizadas. E por isso que a gente sempre disse que os resquícios da pandemia em relação à alfabetização, elas durariam muito mais de cinco anos, entendeu? Porque essas crianças, elas saíram do primeiro, segundo, foram para o terceiro sem estar alfabetizadas."

[Posição: 7 - 7; Peso do resultado: 0]

2.

"As crianças, todas as escolas da rede municipal implantaram as salas de reforço, as salas de aprendizagem, o nome que quisesse, mas era a sala de reforço, aonde as escolas atendiam as crianças no contraturno escolar para assinar aquelas dificuldades, principalmente de alfabetização. Mas se hoje nós formos fazer uma comparação, ainda nós temos muitos alunos que estão com problemas na alfabetização em função da pandemia."

[Posição: 12 - 12; Peso do resultado: 0]

3.

"Então, nós tivemos que, em 2022, estipular um nível de aprendizagem para as crianças irem para o quarto ano. Então, as crianças no silábico alfabético, quase alfabéticos, porque dependendo muito também, porque tem crianças que conseguem avançar muito rápido, de

acordo com o trabalho que é ofertado, de acordo com o acompanhamento da família também, porque durante a pandemia nós precisamos muito das famílias. Muito das famílias."

[Posição: 13 - 14; Peso do resultado: 0]

4.

"Para que essas crianças pudessem ir para as salas de reforço, para ter o atendimento além daquele da sala de aula, mais o material que se mandava para casa também para reforçar essa aprendizagem. Mas eu reforço, mais uma vez, que a gente ainda vai ter alguns anos de problemas de alfabetização em função da pandemia."

[Posição: 15 - 15; Peso do resultado: 0]

5.

"E cada aluno, se na tua casa tu tinha três crianças matriculadas na escola, eram três kits que tu recebia. Então, nós vemos na pandemia, a gente deu mais de 70 mil kits de alimentos."

[Posição: 38 - 38; Peso do resultado: 0]

6.

"E foi assim, de janeiro a janeiro, a gente nunca parou de entregar os kits."

[Posição: 38 - 38; Peso do resultado: 0]

4. G1 - MATERIAL E FAMÍLIA

1.

"Para que chegasse no professor. Porque nós precisávamos começar pelo professor primeiro, porque não adianta eu começar pelas famílias e eu não ter o meu professor com o material dele para o retorno, entendeu? No momento que tu investe no trabalho do professor também, porque a gente não pode pensar que é só o retorno para a família, é ter um professor com o seu material adequado dentro da escola, com os equipamentos necessários, para que a boa aprendizagem também se dá dentro do ambiente escolar, daquilo que tu oferta para o teu profissional da educação, né, e na época o governo municipal teve muita essa preocupação, né, de equipar as escolas para que os professores pudessem daí dar o retorno para o aluno, né."

[Posição: 25 - 25; Peso do resultado: 0]

2.

"Mas a busca ativa, ela cedeu continuamente, tá? Com a parceria, como eu disse, com o Ministério Público, com o Conselho Tutelar, com a própria Secretaria de Saúde também, através dos agentes de endemias, porque eles iam nas residências e faziam também, então a gente criou uma rede, uma rede de parceria, para fazer também essa busca ativa, porque aí se a escola não identificava, de repente a saúde sabia, ou o conselho tutelar também estava sabendo, então teve essa rede de parceria, foi um trabalho bem, que eu acho que deveria ser

contínuo, na verdade, a rede de parceria em função da busca ativa, mas a gente teve bastante dificuldade de encontrar famílias por essas situações que eu te coloquei, né, das famílias não estarem... Que daí, no caso, por exemplo, como era material impresso, houve casos, assim, das famílias não buscarem nenhum, assim... Teve casos, sim, que a gente se preocupava nesse sentido, né, mas eu tenho que dizer, assim, que mais de 90% das famílias buscaram o material. Nós tivemos, assim, até foi uma surpresa pra nós, Porque em escolas, por exemplo, como Marília, que é uma escola com mil alunos, o Moacir, que é uma escola com mil e duzentos alunos, tinha fila para retirar o material."

[Posição: 34 - 34; Peso do resultado: 0]

3.

"O retorno do material, nós tínhamos alguns problemas com o retorno, principalmente com os professores, muitas vezes, que não queriam pegar, né? porque tinha aquela questão do toque, né, do material, e a gente tinha muito medo na pandemia, né, de tudo, tá, mas se retornou bastante material, sim, tá, principalmente nos anos iniciais, o maior retorno foi nos anos iniciais, não foi tanto do sexto ao nono, inclusive no sexto ao nono, a gente também, a própria Secretaria da Educação, nós elaboramos vídeos com aulas, e esses vídeos com aulas de matemática, de ciências, de espanhol, de inglês, A gente encaminhava para as escolas, para as escolas passarem nos seus grupos. As escolas que tinham grupos, por exemplo, como o Ri Barbosa, o Castelo Branco, que são escolas mais centrais, com as famílias com um poder aquisitivo melhor."

[Posição: 34 - 34; Peso do resultado: 0]

4.

"Então, nas escolas da periferia, não, porque a gente sabe que não ia ter o acesso."

[Posição: 34 - 34; Peso do resultado: 0]

5.

"Era o material impresso mesmo. Mas a grande maioria das famílias levou e devolveu."

[Posição: 34 - 34; Peso do resultado: 0]

6.

"Eu acho que ainda hoje a gente não está preparado para atender."

[Posição: 34 - 34; Peso do resultado: 0]

7.

"Áudio

7

Porque a gente também tinha esse grande medo que as famílias não fossem buscar o material. Que não se interessassem por ir buscar, mas pelo contrário, eles foram buscar."

[Posição: 37 - 38; Peso do resultado: 0]

8.

"Então, nós sempre dávamos um intervalo de 15 dias para cada entrega de material. Então, duas vezes no mês a gente entregava o material para as famílias levarem. E eles iam buscar."

[Posição: 38 - 38; Peso do resultado: 0]

9.

"Depois eles tiveram as férias normais deles de julho, o prefeito concedeu mesmo assim. Depois nós trabalhamos até dezembro também, da mesma forma, em reuniões online, com entrega de materiais a cada 15 dias para as famílias, tanto na educação infantil como no ensino fundamental, como na EJA, né, então a gente, a educação infantil também ofertou material, né, a educação infantil não, mas também ia material e atividades por escrito para como os pais tinham que trabalhar com as crianças do berçário, do maternal, entendeu, então a gente trabalhou com todas as Todos os níveis de atendimento, tanto de educação infantil como fundamental. E depois em 21, não lembro como foi o retorno."

[Posição: 50 - 50; Peso do resultado: 0]

5. G1 - PANDEMIA , MATERIAL E FAMILIA

1.

"O retorno do material, nós tínhamos alguns problemas com o retorno, principalmente com os professores, muitas vezes, que não queriam pegar, né? porque tinha aquela questão do toque, né, do material, e a gente tinha muito medo na pandemia, né, de tudo, tá, mas se retornou bastante material, sim, tá, principalmente nos anos iniciais, o maior retorno foi nos anos iniciais, não foi tanto do sexto ao nono, inclusive no sexto ao nono, a gente também, a própria Secretaria da Educação, nós elaboramos vídeos com aulas, e esses vídeos com aulas de matemática, de ciências, de espanhol, de inglês, A gente encaminhava para as escolas, para as escolas passarem nos seus grupos. As escolas que tinham grupos, por exemplo, como o Ri Barbosa, o Castelo Branco, que são escolas mais centrais, com as famílias com um poder aquisitivo melhor."

[Posição: 34 - 34; Peso do resultado: 0]

6. G1 - ALFABETIZAÇÃO E MATERIAL

1.

"Para que essas crianças pudessem ir para as salas de reforço, para ter o atendimento além daquele da sala de aula, mais o material que se mandava para casa também para reforçar essa aprendizagem. Mas eu reforço, mais uma vez, que a gente ainda vai ter alguns anos de problemas de alfabetização em função da pandemia."

[Posição: 15 - 15; Peso do resultado: 0]

7. G1 - ALFABETIZAÇÃO E ESCOLA

1.

"Então, é ali que se dá o processo de alfabetização.

Escolas que tinham esse, que conseguiam fazer a aula online, mesmo assim, também não conseguiam."

[Posição: 9 - 10; Peso do resultado: 0]

2.

"Eu posso até falar, assim, colegas que se trabalhavam em escolas particulares, escolas privadas, que também tiveram muita dificuldade de alfabetizar por não ser presente. Então, esse primeiro e segundo ano, na época, e as crianças que já estavam no terceiro, as que estavam no terceiro já tinham uma bagagem de alfabetização."

[Posição: 10 - 11; Peso do resultado: 0]

3.

"As salas de reforço e aprendizagem. As crianças, todas as escolas da rede municipal implantaram as salas de reforço, as salas de aprendizagem, o nome que quisesse, mas era a sala de reforço, aonde as escolas atendiam as crianças no contraturno escolar para assinar aquelas dificuldades, principalmente de alfabetização. Mas se hoje nós formos fazer uma comparação, ainda nós temos muitos alunos que estão com problemas na alfabetização em função da pandemia."

[Posição: 12 - 12; Peso do resultado: 0]

4.

"Áudio 5 – Busca ativa"

[Posição: 33 - 33; Peso do resultado: 0]